

# RELATÓRIO ANUAL 2024

Edição Especial 30 anos



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



# RELATÓRIO ANUAL 2024

Edição Especial  
30 anos



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# **ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

## **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**

Nilton Leonel Arnecke Maria

## **SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Silvia Pinheiro de Brum

## **SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

Jaderson Paluchowski

## **SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Aline Corrêa Lovatto

## **CORREGEDOR-GERAL**

Marcelo Turela de Almeida

## **DEFENSORA PÚBLICA CHEFE DE GABINETE**

Fabiane Ruperti Lontra

## **DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES DE GABINETE**

Alessandra Quines Cruz

Antônio Augusto Pacheco Ribeiro

Larissa Rocha Ferreira Caon

Rodolfo Lorea Malhão

Renato Muñoz de Oliveira Santos

## **DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES INSTITUCIONAIS**

Felipe Facin Lavarda

Márcia Guedes Só

Renata Dapper Santos

Saulo Brum Leal Junior

## **DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES JURÍDICOS**

Fernanda Pretto Fogazzi Sanchotene

Mauro Kauffmann Pereira

Rodrigo Ahlert Weierich

## **DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES ADMINISTRATIVOS**

Rodrigo dos Santos Ribeiro

Thiago Oro Caum Gonçalves

Vivian Rigo

## **SUBCORREGEDORA-GERAL**

Barbara Lenzi

## **DEFENSORES PÚBLICOS-CORREGEDORES**

Adriana Schefer do Nascimento

Emilene Perin

Daniel de Araújo Bittencourt

Patrícia Bacchieri Duarte Alcântara

## **CENTRO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (CECADEP)**

Fabiane Ruperti Lontra

## **OUVIDOR-GERAL**

Rodrigo de Medeiros Silva

# **EXPEDIENTE**

## **COORDENAÇÃO**

Felipe Daroit

## **TEXTOS**

Camila Schäfer  
Felipe Daroit

## **DIAGRAMAÇÃO**

Thiago Silveira de Oliveira

## **REVISÃO**

Camila Schäfer  
Francielle da Silva Caetano

## **JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Felipe Daroit

## **REALIZAÇÃO**

Assessoria de Comunicação Social  
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul



# **SUMÁRIO**

<b>Palavra do DPGE.....</b>	<b>pág</b>	<b>6</b>
<b>A Defensoria Pública.....</b>	<b>pág</b>	<b>8</b>
<b>Administração Superior.....</b>	<b>pág</b>	<b>15</b>
<b>Por Dentro da Defensoria.....</b>	<b>pág</b>	<b>25</b>
<b>Atuação na Enchente.....</b>	<b>pág</b>	<b>31</b>
<b>Áreas de Atuação.....</b>	<b>pág</b>	<b>45</b>
<b>Especial 30 anos.....</b>	<b>pág</b>	<b>67</b>

# **PALAVRA DO** **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL** **DO ESTADO**

---



Ao assumir o comando de uma instituição, tem-se conhecimento dos inúmeros desafios a enfrentar. Entretanto, o ano de 2024 trouxe à Defensoria Pública, ao Governo do Estado, às instituições públicas e privadas e, principalmente, ao povo gaúcho uma tragédia climática de proporções inimagináveis. Em meio a essa adversidade, a Defensoria Pública, cumprindo seu dever constitucional, esteve lado a lado com milhares de pessoas, assegurando o acesso a benefícios e o respeito aos direitos fundamentais.

Realizamos um total de dois milhões e noventa mil atendimentos, um número expressivo que reflete nosso compromisso com a população. Contudo, os números não se restringem somente a isso. Firmamos acordos significativos para isenção de contas de água e energia elétrica com Corsan, Dmae, Comusa, Prefeitura de São Gabriel, CEEE Equatorial

e RGE para evitar o superendividamento dos milhares de afetados pela enchente. Somente com a Corsan, 900 mil clientes foram beneficiados a partir do acordo que estabelecemos, demonstrando nossa capacidade de atuação em momentos críticos.

Desde o início das enchentes, em maio de 2024, nossas equipes mantiveram ações permanentes, realizando visitas e fiscalizações em locais onde os desabrigados eram acolhidos. Além disso, organizamos dezenas de mutirões, contando com a colaboração de defensoras e defensores de outros estados, em uma ação que foi viabilizada por meio de um termo firmado com o Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).

Não podemos deixar de mencionar que nossa sede foi alagada, assim como pelo menos outras 15 unidades que sofreram danos consideráveis causados pela inundação. Ficamos com nossos sistemas internos inoperantes por cerca de 15 dias. No entanto, é com imenso orgulho que destaco o esforço incansável de defensores, defensoras, servidoras, servidores, estagiários e estagiárias que não se deixaram abater pelas adversidades. Pelo contrário, dedicaram-se ainda mais, permitindo que continuássemos a atender a população, mesmo em condições desafiadoras.

A atuação em situações de desastres naturais, como as enchentes, demonstra a importância de um serviço público que vai além do atendimento jurídico, envolvendo ações de solidariedade e suporte às comunidades afetadas.

O comprometimento de nossas equipes reflete a razão pela qual, em 2024, a Defensoria Pública celebra 30 anos de história, sendo uma das instituições mais respeitadas do Estado, mesmo com a menor fatia orçamentária em comparação com os demais órgãos do sistema de justiça. Essa trajetória de respeito e confiança é um testemunho do trabalho árduo e da paixão que cada membro da nossa equipe dedica em prol dos vulneráveis.

A Defensoria Pública desempenha um papel crucial na proteção dos direitos dos cidadãos, especialmente daqueles que mais precisam. Além de oferecer assistência jurídica gratuita, a Defensoria atua em diversas áreas, como direito de família, direito penal, direito civil, entre outras, promovendo o acesso à justiça e garantindo que todos tenham a oportunidade de fazer valer seus direitos.

À medida que apresentamos este relatório, deixo uma mensagem de esperança e resiliência. Que o futuro nos reserve dias melhores e que a Defensoria Pública continue a se fortalecer, estando cada vez mais presente na vida das pessoas que dependem de nosso apoio. Juntos, seguiremos lutando pelos direitos e pela dignidade da população gaúcha, sempre prontos para enfrentar os desafios que se apresentam a nossa frente.

**Nilton Arnecke Maria**  
**Defensor Público-Geral do Estado**

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição – como expressão e instrumento do regime democrático – é oferecer a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou jurídica, de conformidade com o **artigo 134 da Constituição Federal**.

São consideradas vulneráveis as pessoas que, em razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

**Com a missão de garantir os princípios constitucionais de acesso à justiça e à igualdade entre as partes, bem como de zelar pela efetivação dos direitos fundamentais a todos, a Defensoria Pública desponta como uma das mais relevantes instituições públicas, fundamentalmente comprometida com a democracia, a efetividade da Constituição Federal e a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.**

## **MISSÃO**

Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício dos direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

## **VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

## **VALORES**

Ética e Respeito.

Foco em Resultado.

Confiabilidade e Credibilidade.

Valorização das Pessoas.

Acolhimento e Humanidade.

Comprometimento e Engajamento de Todos.

Transparência.



## **DEFENSORES**

456

## **SERVIDORES**

444

**TÉCNICOS**

272

**ANALISTAS**

## **ESTAGIÁRIOS**

1.374

**REMUNERADOS**

145

**VOLUNTÁRIOS**

QUEM SOMOS

# DOIS MILHÕES

## E 90 MIL ATENDIMENTOS

# 249 MIL

## NOVOS ASSISTIDOS

### ÁREAS MAIS DEMANDADAS DOS ATENDIMENTOS

Cível: 1.009.223

Família: 456.275

Criminal: 187.236

Jefaz/Turma Recursal Da Fazenda Pública: 139.392

Execução Penal: 115.686

Jij/Cível: 81.193

Fazenda Pública: 46.197

Violência Doméstica (Ofensor/Réu): 20.541

Violência Doméstica (Vítima): 10.716

Jecrim/Turma Recursal Criminal: 6.744

Jij/Ato Infracional: 5.579

Jecível/Turmas Recursais Cíveis: 5.235

Procedimento Administrativo: 4.011

Jij/Medida Socioeducativa: 2.305

Tutelas Coletivas: 333

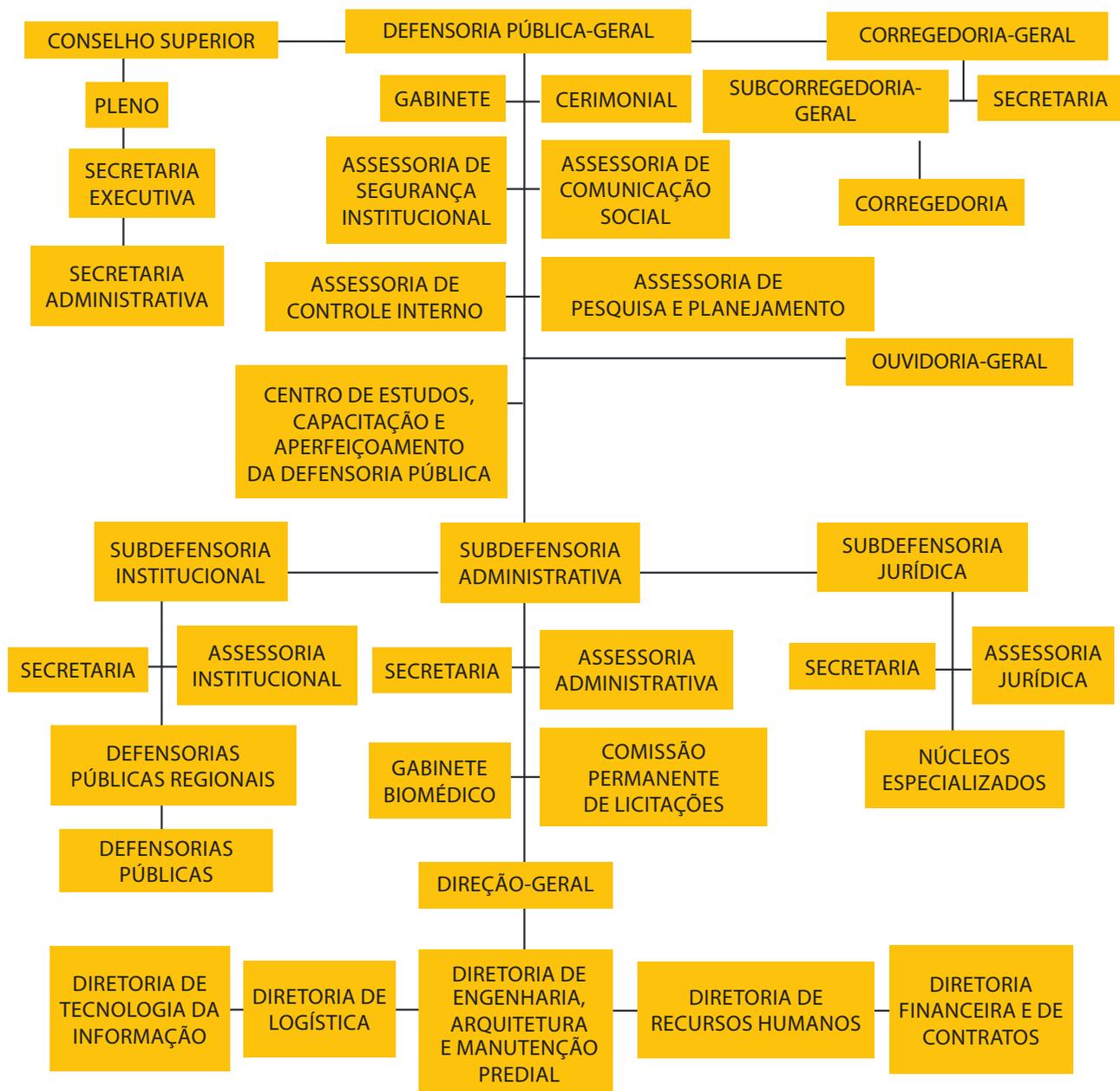
Infância e Juventude: 142

# UM MILHÃO

## E 900 MIL PETICIONAMENTOS

### ÁREAS MAIS DEMANDADAS DOS PETICIONAMENTOS

Cível: 653.371  
Criminal: 388.996  
Família: 347.006  
Execução Penal: 154.388  
Jefaz/Turma Recursal da Fazenda Pública: 135.674  
Jij/Cível: 77.535  
Renúncias Não Categorizadas: 41.515  
Violência Doméstica (Ofensor/Réu): 40.701  
Fazenda Pública: 35.796  
Violência Doméstica (Vítima): 18.753  
Jij/Ato Infracional; 18.048  
Jecrim/Turma Recursal Criminal: 13.303  
Jij/Medida Socioeducativa: 10.507  
Jecível/Turmas Recursais Cíveis: 3.947  
Procedimento Administrativo: 1.735  
Tutelas Coletivas: 202  
Infância e Juventude: 36





# ADMINISTRAÇÃO

# SUPERIOR

## Gabinete do Defensor Público-Geral

O defensor público Nilton Leonel Arnecke Maria tomou posse no dia 11 de abril de 2024 como novo defensor público-geral do Estado do Rio Grande do Sul para o biênio 2024/2026. O ato de nomeação foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 31 de março. Esta é a terceira vez que Nilton assume a gestão administrativa da instituição. Seu primeiro mandato foi no biênio 2012/2014 e depois em 2014/2016.

Nilton iniciou seu discurso agradecendo as presenças de autoridades, defensores e servidores, o que mostra o apoio ao projeto de gestão proposto. “Temos a missão vocacional de agentes de transformação social. A Defensoria precisa ser uma instituição forte. A todos que necessitam do nosso atendimento, posso garantir que a Defensoria aprimorará a prestação de serviços à população, facilitando a cada dia o atendimento aos que mais precisam”, afirmou. O novo defensor também reafirmou o diálogo e a parceria com as instituições de Estado e disse que, atualmente, os desafios são significativos, especialmente a exclusão digital dos assistidos.

Na mesma cerimônia assumiram a subdefensora pública-geral para Assuntos Institucionais, Silvia Pinheiro de Brum; a subdefensora pública-geral para Assuntos Administrativos, Aline Corrêa Lovatto; e o subdefensor público-geral para Assuntos Jurídicos, Jaderson Paluchowski.



## PRINCIPAIS ATIVIDADES DO GABINETE

PROAs e Workflow: **1.278**

Solicitações do peticionamento integrado: **2.152**

Resoluções: **22**

Ordens de Serviço: **7**

## REALIZAÇÕES IMPORTANTES NO PERÍODO

**Publicação da Resolução DPGE nº 17/2024** e da Ordem de Serviço nº 03/2024, que institui e regulamenta o Programa de Residência no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

**Aprovação do PL nº 492/2023**, que dispõe sobre a criação das Defensorias Públicas Especializadas no Atendimento à Vítima de Violência Doméstica e Femicídio e dos respectivos Cargos de Defensor Público e de Servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares e do Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Defensoria Pública do Estado, e dá outras providências.

**Aprovação do PL nº 91/2018**, que dispõe sobre a criação das Defensorias Públicas Regionais de Arroio dos Ratos, General Câmara, Mostardas, Terra de Areia e Triunfo, e dá outras providências.

**Aprovação do PL nº 198/2019**, que dispõe sobre a criação das Defensorias Públicas Regionais de Campina das Missões, Campo Novo, Crissiumal, Porto Xavier, Santo Antônio Missões e Tucunduva, e dá outras providências.

**Publicação da Resolução DPGE nº 05/2024**, que dispõe sobre o regime de concessão de diárias no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, criando a modalidade de diárias ressarcitórias ao Ouvidor-Geral e aos agentes vinculados à Administração Superior.

**Envio do Projeto de Lei nº 291/2024**, para fins de criação de 107 (cento e sete) cargos de Assessor de Defensoria Pública.

## Subdefensoria Institucional

### Plantão no período da enchente

Organização e atendimento do Plantão Alô Defensoria (telefone 129) durante o período da enchente de maio de 2024. Em razão das sedes fechadas pelas inundações, os trabalhos foram realizados por servidores que estão lotados na Sede Administrativa, remotamente, com supervisão de diversos defensores públicos voluntários distribuídos por escala.

### Mutirões de atendimentos

Para auxiliar nos trabalhos realizados pela instituição visando atender demandas relacionadas ao período de calamidade, foram feitas convocações de defensores públicos para atuação em mutirões referentes aos seguintes Projetos:

- Projeto Identifica, Projeto Contigo, Projeto Agiliza;
- Mutirão da Cidadania (Praia de Belas);
- Central da Cidadania (Shopping Total).

### Atos de Andamento Ordinário

**Ofícios:** 218

**Despachos de mero expediente:** 82

**Pedidos de Providências de Agentes via sistema interno (CSI/SUBINST):** 1.502 atendimentos

Dentre as principais solicitações e orientações estão:

488 análises de planos de substituição para fins de férias;

30 pedidos de designação em júris;

60 análises de intimações devolvidas;

84 análises de Ofícios recebidos;

117 análises de pedidos licenças/afastamentos;

15 análises de compartilhamento, busca do agente e demais questões envolvendo acumulações;

708 outras demandas.

### INSTITUCIONAL

**1) Júri Itinerante:** 511 - análise, inclusão na pauta e designação de agente para a realização de Júri Itinerante.

**2) Portarias:** 578 - designação de agentes para atuação excepcional.

**3) Pareceres:** 88 - alteração de atribuições (criação, extinção e modificação), termos de cooperação e outros ajustes, bem como assuntos diversos.

**4) Manifestações:**

Workflow Pedidos de recusa de atuação nos casos de impedimentos de titulares: 101

Workflow Pedidos de afastamento: 80

Manifestações em PROAs: 26

Total: 207

**5) Flagrantes recebidos das Delegacias de Polícia e encaminhados para os Agentes com atribuição:** 951.

**6) Intimações:** distribuição manual de 22.361 intimações pelo Portal Institucional.

**7) Plantão de Sobreaviso:** Total de 2.347 autos de prisão em flagrante analisados.

### ATENDIMENTOS

Atendimentos via canal "Fale Conosco": 234 encaminhamentos e respostas dos pedidos recebidos pelo formulário no site da instituição.

## **Subdefensoria Jurídica**

### **Atuações:**

Pareceres: **290**

Consultas: **28**

Consultas outros meios: **546**

Análise de pedidos de dispensa de atuação: **199**

### **Atos de andamento ordinário:**

Ofícios: **85**

Despachos: **197**

Memorandos: **03**

PROAS: **501**

Análise de projetos/orientações/demandas dos Núcleos Especializados: **349**

## **DESTAQUES DE ATUAÇÃO**

Minutas de Resolução e Atos:

1) Minuta de Resolução para instituir o Programa de Residência no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

2) Minuta de Resolução para regular a atuação da Defensoria Pública do Estado perante a Justiça Itinerante instituída pela Resolução nº 1496/2023-COMAG do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

3) Minuta de ato que altera o Ato DPGE nº 298/2021, que regulamenta a concessão do auxílio-saúde aos membros da carreira da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

4) Encaminhamento de proposta para alteração da Resolução DPGE n. 09/2021, que regulamenta o procedimento de recusa de atuação pelos membros da Defensoria Pública do Estado.

5) Apoio jurídico para elaboração de minutas e lista de documentos relacionados aos benefícios referentes aos programas “Volta por cima” e “SOS Pix”.

6) Auxílio e participação na elaboração do Projeto Dignidade – Fiscalização de Locais de Privação de Liberdade – desenvolvido pelo NUDEP, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

7) Auxílio e participação no Projeto Identifica.

8) Apoio nos Mutirões de atendimento, orientação jurídica e educação em direitos em parceria com o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege).

## Subdefensoria Administrativa

### Atuações:

Expedientes Analisados e Despachados: **380**  
Pedidos Analisados via Sistema CSI: **593**  
Obras em novas sedes e reestruturações concluídas: **15**  
Requerimentos analisados: **51**

### DIREÇÃO-GERAL

- Reuniões permanentes com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS), objetivando a resolução do déficit orçamentário e do requerimento de suplementação, como receitas extraordinárias decorrentes da necessidade de reestruturação, após a calamidade pública do ano de 2024, bem como reuniões com TCE/RS visando tratar da problemática do teto de gastos.
- Contrato de vigilância patrimonial da sede e demais unidades da Defensoria espalhadas pelo Estado, compreendendo mais de 45 municípios e cerca de 85 vigilantes.
- Contrato do Alô Defensoria (call center), que abarca uma equipe de mais de 40 funcionários terceirizados do teleatendimento aos assistidos de diversas regiões do Estado.
- Contrato do software da Revista da Defensoria.
- Contrato com agência de turismo, cujo objeto é a aquisição de passagens aéreas para os membros e demais representantes da instituição em eventos pelo país.
- Contrato de prestação de serviços de alarmes monitorados da sede e demais unidades da Defensoria espalhadas pelo Estado, compreendendo aproximadamente 96 localidades.
- Contrato de locação do terraço do prédio, firmado com a Telefônica, para fins de instalação de Estação Rádio-Base da operadora.
- Convênios firmados com o Ministério da Justiça, que abarca projetos do Núcleo de Defesa em Execução Penal (Nudep) e Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem), além de um projeto de construção do Núcleo Regional Ecológico (Eco Sede) no município de São José do Norte.
- Convênio firmado com o Tribunal de Justiça do RS para investigação de paternidade/maternidade por meio da realização de exames de DNA, judicial e extrajudicialmente.

Os impactos e perdas causados por ocorrências climáticas na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul foram significativos e somente por meio de intenso esforço, comprometimento e resiliência conseguiram ser superados. Foram diversas sedes diretamente atingidas e outras indiretamente, tendo sido constatada a importância da avaliação técnica dos danos e a eficácia das ações imediatas no período para viabilizar a retomada do trabalho institucional. Dentre as ações tomadas, de avaliação dos danos e prejuízos, foram 15 sedes diretamente afetadas; equipamentos de informática, móveis e materiais de escritório perdidos e/ou danificados.; veículos perdidos e danificados.; necessidade de readequação e de reposição de equipamentos, suprimentos e materiais (contratações emergenciais, realocações).

No prédio-sede da instituição, foram necessários: esgotamento das águas do subsolo; limpeza dos resíduos sólidos; desinfecção dos reservatórios inferiores, subsolo e pavimento térreo; recomposição de divisórias e mobiliários; reestruturação das instalações elétricas; avaliação e confecção de laudo de liberação estrutural do prédio; troca das bombas de água do subsolo; conserto dos elevadores; troca da subestação de energia elétrica; substituição dos forros do teto do andar térreo; substituição das paredes de gesso acartonado (subsolo e térreo); reestruturação do sistema de proteção contra incêndio e segurança; recomposição de divisórias e mobiliário. Também foi realizada a compra adicional de gerador, considerando que o atualmente utilizado não possui capacidade de sustentação de longo prazo.

Foram reestruturadas sedes e salas no interior de Fóruns em Porto Alegre, Eldorado do Sul, São Sebastião do Caí, Arroio do Meio, Estrela e Lajeado.

### **Outros destaques:**

- 464 chamados foram atendidos na Unidade de Projetos (UPROJ).
- 316 chamados, foram atendidos na Unidade de Execução (UEXEC).
- 962 chamados de manutenção, foram atendidos na Unidade de Manutenção (UNMAN).
- 05 obras em novas sedes concluídas: Viamão, São José do Ouro, Charqueadas, Cachoeirinha e Portão.

### **11 novas sedes em andamento:**

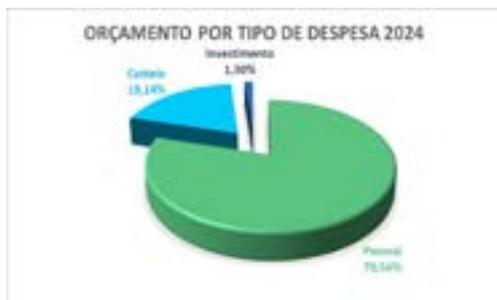
1. Mostardas
2. Casca
3. Tapes
4. Campo Bom
5. Espumoso
6. Estância Velha
7. São Francisco de Paula
8. Nova Prata
9. Lajeado
10. Rio Grande (assinatura do termo de doação de terreno para futura construção de sede própria)
11. Passo Fundo

## DIRETORIA DE FINANÇAS

Realizadas 270 licitações, nas modalidades abaixo:

- Adesão ata de registro de preços: 09
- Atas de registro de preços próprias: 17
- Dispensa de licitação com disputa: 06
- Dispensa de licitação sem disputa: 07
- Dispensa de licitação emergencial: 14
- Inexigibilidade de licitação: 10
- Pregão eletrônico: 51
- Pesquisa de mercado para prorrogações contratuais: 31
- Autorização de fornecimento emitidas: 97
- Autorização de execução de serviço emitidas: 28

Evolução do Orçamento DPE – 2023 – 2024:



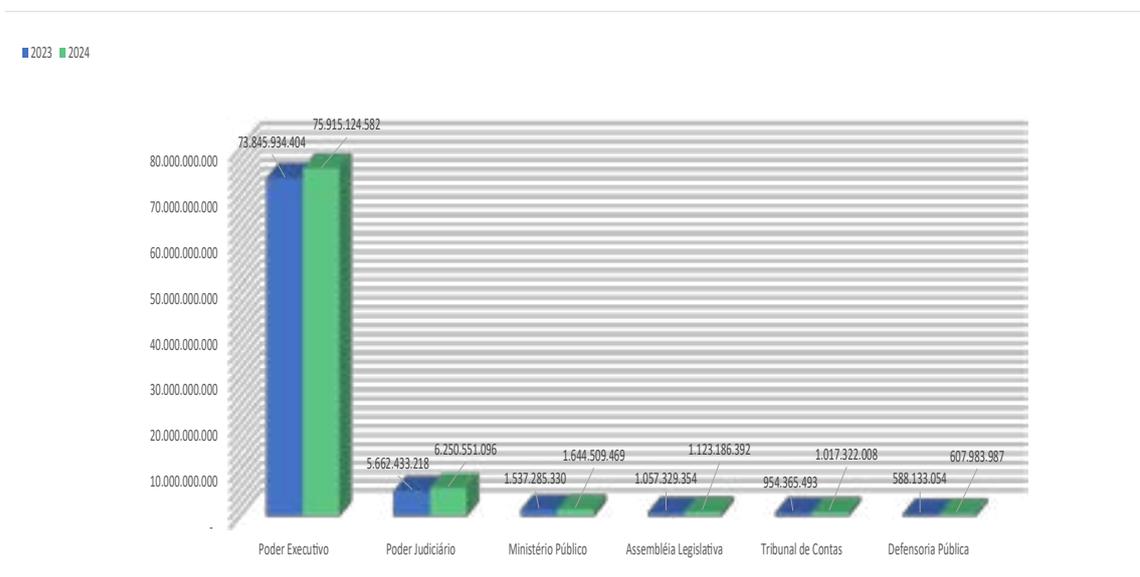
Despesa	2023 (R\$)1	2024 (R\$)2	%
Pessoal	476.864.949	483.699.660	79,56%
Custeio	99.568.702	116.358.756	19,14%
Investimento	11.699.404	7.925.572	1,30%
<b>Total</b>	<b>588.133.054</b>	<b>607.983.987</b>	<b>100,00%</b>

\* Dotação Alteração

\*\* 1 Dados de 31/12/2023

\*\*\*2 Dados de 02/10/2024

Orçamento 2024 - Participação dos Poderes:



Poder/Orgão	2023 (R\$)1	2024 (R\$)2	Representação %
Poder Executivo	73.845.934.404	75.915.124.582	87,70
Poder Judiciário	5.662.433.218	6.250.551.096	7,22
Ministério Público	1.537.285.330	1.644.509.469	1,90
Assembleia Legislativa	1.057.329.354	1.123.186.392	1,30
Tribunal de Contas	954.365.493	1.017.322.008	1,18
Defensoria Pública	588.133.054	607.983.987	0,70
<b>Total</b>	<b>83.645.480.853</b>	<b>86.558.677.535</b>	<b>100,00</b>

\* Dotação Alteração

\*\* 1 Dados de 31/12/2023

\*\*\*2 Dados de 02/10/2024

## DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

- 70 folhas de pagamento processadas.
- Efetivou o reajuste salarial dos servidores previsto na Lei 16.021/2023.
- Implementou o auxílio-saúde dos servidores.
- Alteração do auxílio-saúde dos defensores públicos, que passou a ter novas regras para os seguintes membros: com mais de 50 anos, que são pessoa com deficiência ou com doença grave ou que tem dependentes com deficiência ou com doença grave.
- Desenvolveu novo fluxo para entrega da Declaração de Bens e Rendas, via Portal RHE.
- Concluiu a segunda e a terceira fases do eSocial e iniciou o desenvolvimento da fase 4.

### Unidade de Gestão de Carreira

- Nomeou 341 defensores públicos, servidores efetivos e comissionados;
- Efetivou 56 remoções, além das 27 remoções já deferidas este ano que estão aguardando efetivação;
- Processou e registrou os fluxos de 414 progressões dos servidores;
- Iniciou 673 fluxos relacionados ao estágio probatório, com confirmação da estabilidade de 45 servidores;
- Registrou e encaminhou para perícia médica 466 fluxos de licenças por motivo de saúde de servidores, defensores públicos e seus familiares;
- Nomeações de 95 novos servidores, acompanhada de curso de capacitação que tem o objetivo de apresentar os sistemas da Defensoria Pública, além de preparar os servidores para iniciar suas atividades com mais segurança e conhecimento.

### Unidade de Estágios

- Realizou o ingresso de 2.035 estagiários remunerados, cedidos de prefeituras e trabalhadores voluntários;
- Concluiu a implantação do novo modelo de seleção de estagiários no sistema Valorizza, no qual é possível realizar todas as etapas do processo seletivo, da abertura até a convocação do candidato, dentro da própria plataforma, trazendo mais equidade e transparência ao processo de contratação.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Realizadas 270 licitações, nas modalidades abaixo:

- Adesão ata de registro de preços: 09
- Atas de registro de preços próprias: 17
- Dispensa de licitação com disputa: 06
- Dispensa de licitação sem disputa: 07
- Dispensa de licitação emergencial: 14
- Inexigibilidade de licitação: 10
- Pregão eletrônico: 51
- Pesquisa de mercado para prorrogações contratuais: 31
- Autorização de fornecimento emitidas: 97
- Autorização de execução de serviço emitidas: 28

## UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- Analisados e firmados no período: 07 novos convênios
- 65 termos de cooperação
- 17 contratos de serviços continuados
- 9 aditivos
- 46 apostilamentos

## DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

### **Suporte e manutenção:**

- 26.000 chamados do suporte de TI;
- Aquisição de 700 monitores e 400 computadores para substituição de computadores obsoletos.
- Aquisição de 50 notebooks para os defensores públicos empossados;
- Implantação do novo contrato de Outsourcing de impressão, com substituição de 120 impressoras no novo contrato de Outsourcing de impressão.

### **Desenvolvimento de Sistemas:**

Melhorias nos fluxos já existentes e criados 16 novos fluxos de trabalho, incluindo os abaixo relacionados:

- Abertura para Votação de Processo Interno;
- Pesquisa Avançada de Itens GCE para Compra;
- Requisição de Auxílio-saúde para os servidores públicos;
- Solicitação de reembolso diárias ressarcitórias;
- Inspeção Prisional.



# POR DENTRO DA DEFENSORIA

O corregedor-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), Marcelo Turela de Almeida, foi reconduzido ao cargo para o biênio 2024-2026. A definição foi anunciada na reunião do Conselho Superior. A equipe, responsável por assegurar a eficiência e a regularidade dos serviços prestados pela instituição, conta ainda com Barbara Lenzi como Subcorregedora-Geral e é complementada pelos defensores públicos-corregedores Adriana de Oliveira Schefer do Nascimento, Daniel Araujo Bittencourt, Emilene Perin e Patricia Bacchieri Duarte Alcântara. A solenidade de recondução foi realizada no dia 2 de setembro.



### RELATÓRIO CORREGEDORIA-GERAL (16/09/2023 a 23/09/2024)

	Detalhamento	Total
<b>Procedimentos Disciplinares</b>		
Averiguações Preliminares - Defensores Públicos		21
Averiguações Preliminares - Servidores Públicos		08
Averiguações Preliminares - Defensorias Regionais		-
<b>Sindicâncias</b>		
Sindicâncias - Defensores Públicos		-
Sindicâncias - Servidores Públicos		02
<b>Processos Administrativos Disciplinares</b>		
Processos Administrativos Disciplinares - Defensores Públicos		-
Processos Administrativos Disciplinares - Servidores Públicos		-
<b>Inspeções e Correições</b>		
Inspeções		1
Correições		-
Visitas de Orientação		-
<b>Orientações Escritas</b>		
Orientações Escritas - Defensores/Servidores		24
Orientações Gerais		02
<b>Recomendações</b>		
Recomendações - Defensores/Servidores		07
<b>Provimentos, Ofícios Circulares e Orientações Conjuntas</b>		
Provimentos		-
Ofícios Circulares		-
Orientações Conjuntas		-
<b>Vitaliciamento</b>		
Expedientes de Vitaliciamento		45
Avaliações Preliminares		20
Visitas de Orientação		21
Relatórios Semestrais		47
Correições Anuais		16
Relatórios Finais		09
<b>Outros</b>		
Pareceres		169
Despachos Ordinatórios		186
Análise de Justificativa para Não Interposição de Recursos ou de Não Apresentação de Revisão Criminal		99
Certidões		240
Ofícios		41
Memorandos		16
Voto - Conselho Superior		03
Análise de Propostas de Alteração de Atribuições e Criação de Defensorias Públicas		07
<b>Comunicação</b>		
Orientações Telefônicas		313
E-mails		867
Reuniões		127

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR

Reuniões Ordinárias: **9**

Reuniões Extraordinárias: **6**

Resoluções: **17**

Editais: **3**

Decisões: **4**

## REALIZAÇÕES IMPORTANTES NO PERÍODO

**Publicação da Resolução CSDPE nº 01/2024**, que dispõe sobre a qualificação e a padronização do atendimento prestado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

**Publicação da Resolução CSDPE nº 03/2024**, que cria onze Defensorias Públicas Especializadas no Atendimento à Vítima de Violência Doméstica e Femicídio.

**Realização do procedimento de formação da lista tríplice** e escolha ao cargo de Corregedor(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2024-2026.

# 7,1 MIL ATENDIMENTOS

## 1,4 MIL PROTOCOLOS NOVOS

**Denúncia: 86**

**Elogio: 27**

**Informação: 4014**

**Outros: 38**

**Reclamação: 1540**

**Solicitação: 758**

**Solicitação de antecipação de atendimento: 692**

**Sugestão: 7**

**Número de protocolos novos: 1438**

Mais de 400 reuniões e participações em audiências públicas com membros da sociedade civil, movimentos sociais, autoridades, organizações e entidades vinculadas ao trabalho de defesa dos direitos humanos.

### Alguns Destaques

A Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado (DPE/RS) e de outras 13 instituições realizaram atendimentos integrados, no parque da Redenção, em Porto Alegre, no fim de 2023. A ação fez parte do projeto “O Rio Grande Te Escuta”, coordenado pela Ouvidoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado (TJRS) e Ouvidoria-Geral do Estado, com o intuito de promover maior atendimento para a população. Ao longo do dia, os cidadãos puderam esclarecer dúvidas sobre como acessar os canais de contato com as ouvidorias, além de fazer denúncias e reclamações.

O ato também marcou a divulgação pública do Guia das Ouvidorias, publicação em versão impressa e digital que reúne informações sobre como acessar os canais de comunicação das instituições. Na solenidade de lançamento do projeto, realizada no Palácio da Justiça, no dia 24 de outubro de 2023, o governador Eduardo Leite lembrou que a administração pública deve sempre propiciar um atendimento facilitado e de excelência à população.



Porto Alegre foi sede, no mês de setembro de 2024, da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNODP). O evento ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de setembro, no Auditório da Defensoria Pública, na sede da rua Múcio Teixeira.

Na quarta-feira (25), o evento foi aberto oficialmente, com a apresentação de um material da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS) a respeito do trabalho desses profissionais durante a enchente de maio de 2024. No mesmo dia, também foram apresentados informes sobre as atividades das Ouvidorias Externas de Defensorias Públicas, bem como se discutiu a abertura de novas Ouvidorias, ações das comissões temáticas do CNODP e a regularização do Estatuto do CNODP. Na quinta-feira (26), por meio de rodas de conversa, foi abordada a crise climática pelo olhar dos movimentos sociais. O objetivo foi contribuir com as possibilidades de atuação das Defensorias Públicas nos eventos climáticos, fortalecendo a articulação entre as instituições e seus órgãos em prol da defesa do meio ambiente e justiça social. Por fim, na sexta-feira (27), foi lançada a Carta de Porto Alegre sobre a Crise Climática, texto que debate as graves razões e consequências dos recentes incêndios nacionais e das inundações no Rio Grande do Sul. Para além disso, o documento é uma afirmação do papel das Defensorias Públicas e dos demais poderes na prevenção e reparação desses desastres. O momento também serviu para tratar de articulações possíveis entre Defensorias Públicas Estaduais (DPEs) e a Defensoria Pública da União (DPU). A reunião foi conduzida, ao longo dos três dias, por ouvidores e ouvidoras das Defensorias Públicas dos Estados de todo o país, defensores públicos dos Núcleos Especializados que atuam em temas de justiça ambiental, integrantes de movimentos sociais e organizações de direitos humanos.





## NO TOPO DO RANKING!

De acordo com dados do site nacional *Social Medial Gov*, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é a segunda Defensoria Pública com mais interações nas redes sociais em 2024, atrás apenas da Defensoria Pública da Bahia.

### DOIS MILHÕES DE VISUALIZAÇÕES

Os vídeos produzidos pela Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado atingiram a impressionante marca de dois milhões de visualizações no Instagram somente em 2024. Além disso, as postagens no feed da rede social contabilizaram 209 mil curtidas, evidenciando a crescente interação do público com os conteúdos.

Esse crescimento exponencial pode ser atribuído a vários fatores, sendo um dos principais a produção de conteúdos informativos e atraentes, com uso de linguagem simples e acessível.

“A Defensoria Pública tem se dedicado a transformar boa parte de seus conteúdos em vídeos, seguindo uma tendência que se destaca nas redes sociais, em que o formato audiovisual é cada vez mais consumido. Essa estratégia não apenas amplia o alcance das mensagens, mas também facilita a compreensão de temas complexos relacionados aos direitos da população. Os números são impressionantes e demonstram que estamos, a cada dia, atingindo mais pessoas”, comentou o coordenador da Assessoria de Comunicação, jornalista Felipe Daroit.

#### NÚMEROS

Postagens no feed do Instagram: **506**

Postagem no Facebook: **495**

Postagens no Threads: **489**

Inserções na mídia: **3,8 mil**

Entrevistas com Defensores Públicos na imprensa: **615**

Transmissões ao vivo no Youtube: **14**

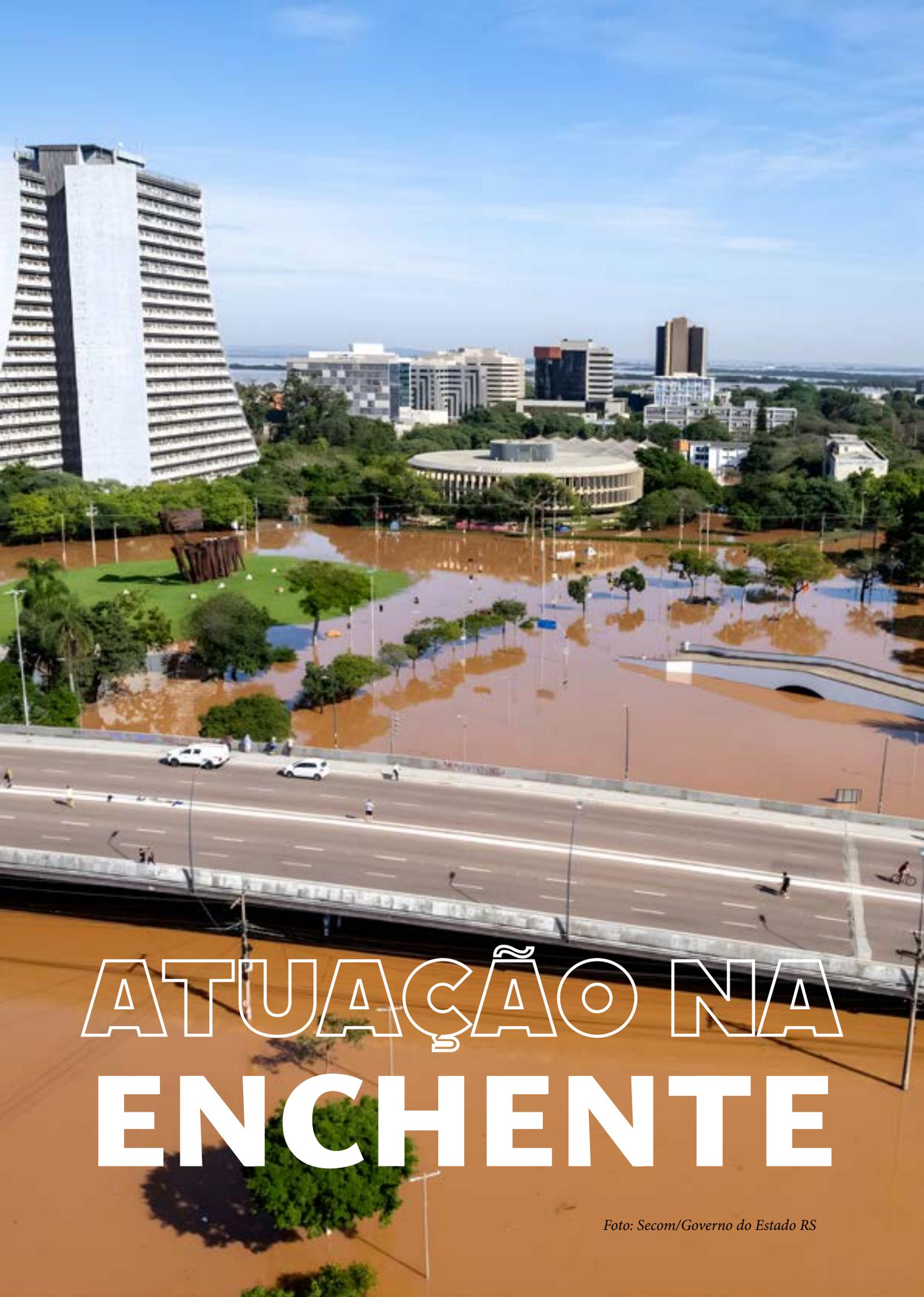
Matérias publicadas no site institucional: **545**

Matérias publicadas na intranet: **547**

Cartilhas produzidas: **17**

**Produção de 49 audiobooks dos materiais da instituição sobre educação em direitos**

**Lançamento de série de podcast focada em casos emblemáticos atendidos pela instituição**



# ATUAÇÃO NA ENCHENTE

*Foto: Secom/Governo do Estado RS*



Foto: Secom/Governo do Estado RS

Assim como em quase a totalidade do Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública do Estado foi fortemente afetada pela enchente de maio de 2024. Diversas sedes da instituição foram completamente danificadas. A inundação atingiu também o prédio-sede em Porto Alegre, onde está instalada a Administra o Superior e os sistemas utilizados para atendimentos e ajuizamentos. Por estar a duas quadras do Lago Guaíba, o nível da água no local superou os dois metros de altura. A situa o foi tão grave que a infraestrutura elétrica do prédio-sede, localizada no subsolo, colapsou e os sistemas usados pela Defensoria pararam de funcionar. Foi necessária a contrata o de uma empresa que, com uso de rapel, instalou geradores no terraço do edifício para que as opera es fossem retomadas. A Administra o Superior, de imediato, mudou-se para o prédio da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, mais tarde, para o prédio da Defensoria localizado na rua Múcio Teixeira – que também foi inundado, contudo o nível da água baixou mais rápido em compara o ao prédio-sede. Para garantir que nenhum cidadão fosse prejudicado, a institui o manteve o trabalho remoto por alguns dias e depois passou a atender presencialmente em espaços cedidos por prefeituras, Exército, entre outros.

Paralelo aos acontecimentos, a institui o realizou, diariamente e nos finais de semana, vistorias em abrigos, auxílio aos desabrigados, mutirões de atendimentos em todos os locais em que pessoas afetadas pelas enchentes foram levadas, ajuda na distribui o de donativos, reuniões diárias na chamada Opera o Taquari II, confec o e divulga o de materiais de comunica o informativos nas redes sociais com orienta es a desabrigados e desalojados, entre outros. No mês de julho, a Administra o Superior firmou termo com o Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) para que defensoras e defensores de outros estados auxiliassem, inicialmente, de forma remota no atendimento de demandas reprimidas e, posteriormente, no mês de agosto, a partir de uma força-tarefa em uma série de mutirões nas 19 cidades mais afetadas pela enchente. Os trabalhos se estenderam até metade do mês de setembro, quando finalmente todas as unidades da institui o retomaram os atendimentos presenciais em suas comarcas.

A seguir, você confere um resumo das atividades que foram realizadas diariamente pela DPE/RS no período mais crítico da enchente.

## MAIO

**02/05:** Início da enchente. Realizada reunião na Assembleia Legislativa com o presidente do Parlamento e demais chefes dos Poderes e Instituições Autônomas para avaliação do início da Calamidade e das ações a serem tomadas.

**03/05:** Prédio-sede da Defensoria fica alagado. Local é evacuado. Sistema Data Center é desligado e, em consequência, os sistemas da instituição ficaram fora do ar. É criada uma Comissão de Crise para tratar do tema e disponibilizado um telefone de plantão 24h para atender os assistidos e assistidas ao longo do final de semana.

**04/05 e 05/05:** Defensores e defensoras iniciam visitas aos locais onde desabrigados estavam sendo levados. São analisadas questões envolvendo crianças que estavam separadas de pais e responsáveis, bem como o acompanhamento das necessidades envolvendo os abrigados.

**04/05:** Defensoria abre procedimento para apurar casos envolvendo aumento abusivo de preços de produtos e serviços por parte de alguns empresários e fornecedores durante o período de calamidade.

**05/05:** Equipes da instituição realizam vistoria no Complexo da Ulbra, em Canoas, onde mais de oito mil pessoas foram levadas após o resgate.



**06/05:** Inicialmente, no Palácio do Piratini, ocorre uma reunião com o Governador do Estado do Rio Grande do Sul e Chefes dos Poderes e Instituições Autônomas para Avaliação do Início da Calamidade e ações que cada órgão estava realizando.

**07/05:** Defensores participam de reunião com o Governo Federal para articular ações de atendimentos aos desabrigados e desalojados no Rio Grande do Sul. A reunião deu início às operações da chamada Operação Taquari II.

**08/05:** Vistorias nos abrigos de Porto Alegre e da Região Metropolitana. A Administração Superior participa de reunião no Palácio da Justiça para alinhar ações diante da calamidade.

**09/05:** Defensoria e Corregedoria-Geral de Justiça firmam parceria para emissão de certidões de nascimento e casamento aos desabrigados.

**10/05:** Defensoria Pública firma acordo com a AEGEA/ CORSAN para isenção das contas de água para cerca de 900 mil pessoas afetadas pelas enchentes. Na mesma data, foram realizadas reuniões com outras instituições para a criação de abrigos exclusivos para mulheres atingidas pelas enchentes.

**11/05:** Defensoria participa de reunião no Gabinete de Crise criado pelo Governo do Estado. Na pauta, foram debatidas ações visando melhorar a segurança nos abrigos de Porto Alegre.

**12/05:** Defensoria realiza visitas em diversos abrigos da Capital e Região Metropolitana para verificar quais as principais demandas. Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente expede recomendação para Secretaria Estadual da Saúde solicitando que seja priorizada a vacinação para crianças em locais de acolhimento.

**13/05:** Defensoria firma acordo com o DMAE para isenção das contas de água de pessoas afetadas pelas enchentes em Porto Alegre. Instituição faz reunião com diversos outros órgãos visando criar espaços especializados no atendimento de gestantes, puérperas e recém-nascidos, em Porto Alegre. No mesmo dia, Defensoria assina protocolo de proteção às mulheres e crianças em situação de emergência climática. O defensor público-geral, Nilton Arnecke Maria, e a defensora dirigente do Núcleo de Defesa da Mulher, Paula Granetto, reúnem-se com a ministra da Mulher, Cida Gonçalves. Além disso, o defensor público-geral participa da inauguração e de vistoria do abrigo que foi criado pelo Poder Judiciário exclusivamente para mulheres e crianças, no Foro do Partenon.

**14/05:** Reforçados os atendimentos, principalmente na cidade de Canoas, uma das mais afetadas pela enchente.

**15/05:** Defensoria firma acordo com a Prefeitura de São Gabriel garantindo suspensão da cobrança das contas de água para 460 famílias atingidas pela enchente no município.

**16/05:** Diante do grande número de desabrigados, a Defensoria instala posto permanente de atendimentos no Vida Centro Humanístico, localizado na Zona Norte de Porto Alegre. No local, pelo menos 700 pessoas estavam abrigadas.

**17/05:** Defensoria realiza vistoria em diversas unidades prisionais do Rio Grande do Sul para verificar a situação dos apenados. Constatou-se que pelo menos 15 presídios foram atingidos por alagamentos. Não houve necessidade de ajuizamentos de ações, tendo em vista que os problemas foram sanados pela SUSEPE. No mesmo dia, ocorre reunião com a CEEE Equatorial para tratar da possibilidade de isenção das contas de luz das pessoas atingidas pelas enchentes.

**18/05:** São realizados atendimentos e vistorias em abrigos de Porto Alegre, Região Metropolitana e interior do Estado.

**19/05:** Realizadas reuniões para organizar um grande atendimento da Defensoria Pública para



pessoas em situação de rua. Equipes seguiram com atendimentos nos abrigos.

**20/05:** Após intenso trabalho, mesmo com o prédio-sede completamente alagado, a Defensoria, utilizando geradores, consegue restabelecer os sistemas internos, que haviam sido interrompidos em razão dos alagamentos. Na mesma data, dezenas de defensores e defensoras realizam um grande mutirão de atendimentos para pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Os trabalhos aconteceram na área central, na Freeway, na região do bairro Humaitá e também no bairro Restinga.

**21/05:** Com atuação constante para auxiliar as pessoas afetadas pela enchente, a Defensoria dá início a um novo projeto, o “Defensoria Contigo”. O Projeto percorreu os dezesseis maiores abrigos da Capital para auxiliar nas dúvidas e demandas jurídicas. Houve também uma reunião com a Secretaria do Trabalho e o FGTAS para tratar de projeto visando ao cadastramento de mulheres desabrigadas para vagas de emprego. No mesmo dia, defensores e defensoras visitaram abrigos e locais afetados pelas chuvas e deslizamentos na Serra Gaúcha.

**22/05:** Defensoria inicia o projeto “Defensoria Agiliza”, que reúne serviços para auxiliar os afetados pela enchente.

**23/05:** Ocorre reunião com a diretora da Secretaria Desenvolvimento Social para tratar de recursos na área da criança e do adolescente.

**24/05:** Defensoria firma acordo para isenção das contas de água das pessoas afetadas pela enchente em Novo Hamburgo. Na mesma data, após constatar péssimas condições no abrigo instalado na FENAC em Novo Hamburgo, a Defensoria Pública emite recomendação à Prefeitura, solicitando melhorias no local. Desde o início de maio, equipes da instituição dividiram-se para realizar atendimentos das 07h às 22h no local.

**25/05 e 26/05:** Realizados atendimentos em todos os abrigos de Porto Alegre, Região Metropolitana e interior do Estado. O foco principal foi verificar questões relacionadas à documentação dos desabrigados.

**27/05:** Defensoria inicia atendimentos do Mutirão da Cidadania, em Porto Alegre, localizado no andar térreo do Shopping Praia de Belas.

**28/05:** São realizadas reuniões com secretários de Estado no Centro Administrativo de Contingência para tratar do andamento da atuação da Defensoria Pública nas ações em prol dos abrigados.

**29/05:** Defensoria dá início ao Projeto Recomeça, em parceria com a FGTAS, que visa à reinserção de mulheres abrigadas no mercado de trabalho. A ação começou a partir de mutirões nos abrigos exclusivamente femininos de Porto Alegre, com preenchimento de formulários eletrônicos e envio à FGTAS para que fossem agendadas entrevistas de empregos ou matrículas em cursos profissionalizantes.

**30/05:** Realizados atendimentos de defensores públicos e servidores em vários abrigos da capital e do interior.

**31/05:** Defensoria Pública ajuíza ação milionária contra a rede Cobasi por deixar animais se afogarem no subsolo de uma loja no shopping Praia de Belas, em Porto Alegre.



# JUNHO

- 01/06:** Ocorrem reuniões setoriais e produção de conteúdos em educação em direitos voltados aos assistidos, com orientações sobre como receber auxílios dos governos federal e estadual.
- 02/06:** Desenvolvido material para os assistidos com orientações sobre limpeza das residências e doenças decorrentes do contato com a água contaminada.
- 03/06:** Após empresa negar ressarcimento a clientes que tiveram veículos alagados, Defensoria ajuíza ação coletiva de R\$ 10 milhões contra empresas ESTAPAR e Porto Seguro.
- 04/06:** Defensoria atua e evita a retirada de cerca de 50 famílias vítimas de inundações que ocupam antigo hotel Arvoredo, no Centro de Porto Alegre.
- 05/06:** Justiça defere pedido feito pela Defensoria contra ESTAPAR e Porto Seguro, que se negaram a ressarcir proprietários que tiveram veículos alagados no Aeroporto Salgado Filho.
- 06/06:** Defensoria inicia Mutirão de Atendimentos em abrigos no município de São Leopoldo. Somente no Centro de Eventos da cidade, cerca de 500 pessoas afetadas pela enchente estavam abrigadas. A Defensoria, juntamente de outros órgãos, passa a realizar mutirão social para moradores afetados pelas enchentes nos bairros Anchieta, Farrapos e Humaitá. A ação ocorreu na Arena do Grêmio.
- 07/06:** Após ação do Núcleo de Defesa da Saúde, a dispensação de hormonioterapia, em Porto Alegre, foi normalizada. A instituição havia recebido informações a cerca da interrupção da dispensação às pessoas trans, travestis e não binários no ambulatório trans do Posto Santa Marta, que inundou no mês de maio.
- 08/06:** Defensoria Pública realiza mutirão e atende centenas de pessoas no município de Igrejinha.
- 09/06:** Criado material com orientações para donos de veículos que tiveram perda total nas enchentes do RS, informando que eles poderão solicitar a devolução de parte do IPVA 2024.
- 10/06:** Defensoria Pública assina Termo de Cooperação para garantir o direito das pessoas à documentação básica e ao acesso à certidões de nascimento, casamento, carteira de identidade, CPF, entre outros, todos fornecidos de forma gratuita. A primeira operação foi realizada entre os dias 17 e 23 de junho no Shopping Total.
- 11/06:** Defensoria Pública se reúne com o MPRS, PGE e Banrisul para discutir alterações nas regras de pagamento de consignados, que foram anunciados pelo Banco e afetaram milhares de servidores públicos.
- 12/06:** Após pedido da Defensoria e trabalho realizado no local, Justiça concede mais 60 dias para desocupação voluntária de famílias que ocupavam o antigo hotel Arvoredo, no Centro de Porto Alegre.

**13/06:** Defensor público-geral reúne-se com o Ministro da Reconstrução, Paulo Pimenta, para tratar de demandas e auxílios que serão necessários para a reconstrução de sedes da DPE/RS danificadas pela enchente. Também foi realizado um grande mutirão atendendo centenas de pessoas em Eldorado do Sul.

**14/06:** Defensoria e Prefeitura de Porto Alegre firmaram um novo aditivo e garantem mais 530 vagas para alunos de educação infantil em Porto Alegre. Na data, também foi criado pela ASCOM um vídeo de conscientização sobre o dia mundial de doação de sangue com entrevistas e orientações sobre a necessidade de incremento do Banco de Sangue.

**15/06:** Intensificados os atendimentos no mutirão que ocorreu no Shopping Praia de Belas, em PoA. Defensoria faz acordo com a Secretaria Municipal de Transportes de PoA para que pessoas abrigadas fossem levadas de ônibus até o shopping para atendimento.

**16/06:** Além de reuniões setoriais, foi amplamente divulgado pelos canais oficiais da instituição os horários e locais de transporte gratuito de moradores das cidades de Cachoeirinha, Eldorado, Guaíba, São Leopoldo e Sapucaia do Sul para participação do Mutirão Central Cidadania, que ocorreu no Shopping Total, entre os dias 17 e 23 de junho.



**17/06:** Defensoria Pública organiza uma força-tarefa, com aumento da presença de defensores e servidores, para iniciar atendimentos no mutirão Central Cidadania, em Porto Alegre.

**18/06:** Defensores realizam vistoria na Vila Asa Branca, zona norte de Porto Alegre, com o objetivo de organizar mutirão de atendimento aos moradores. A região foi uma das mais prejudicadas pelos alagamentos em Porto Alegre, pois está localizada nas imediações do Arroio Sarandi, que transbordou.

**19/06:** Defensoria Pública acompanha apresentação do Plano de Recuperação de Porto Alegre feito pela Prefeitura. Os defensores também apresentaram ao Executivo Municipal sugestões de ações que devem ser tomadas a curto prazo.



**20/06:** Realizadas reuniões internas e intensificação do trabalho para limpeza do prédio-sede, prejudicado em razão da água acumulada no subsolo, onde estão parte do arquivo da Instituição e as infraestruturas elétrica e hidráulica.

**21/06:** Defensoria firma acordos com a CEEE Equatorial e a RGE, garantindo a proteção dos consumidores atingidos pelas enchentes. O acordo prevê que, nas residências sem possibilidade de acesso aos medidores, as empresas não realizarão a cobrança. O acordo ainda prevê a suspensão da cobrança, inclusive para aqueles com o parcelamento ativo, de cortes por inadimplência, de pagamento de juros, multas e correção monetária por 30 dias para todos os consumidores do Estado, e por 90 dias para consumidores dos municípios classificados como em situação de calamidade.

**22/06:** Defensoria finaliza participação no Mutirão da Cidadania, que ocorreu no Shopping Praia de Belas. Foram realizados mais de 10 mil atendimentos.

**23/06:** Defensoria firma acordo para atender clientes do Banrisul impactados por mudanças nas regras de empréstimos consignados. No termo, ficou estabelecido que o Banrisul concederá 4 meses de carência nas operações dessa natureza, nos quais não serão cobrados juros sobre o período.

**24/06:** Defensor público-geral participa do lançamento do sistema para monitorar recursos enviados ao Rio Grande do Sul após a enchente. O ato foi apresentado pelo Ministro da Reconstrução, Paulo Pimenta.

**25/06:** Além de realizar diversas ações decorrentes da calamidade que atingiu o RS, a Defensoria, em uma ação realizada no município de Venâncio Aires, garantiu a transferência de um bebê de 28 dias com problema grave nos pulmões para UTI Pediátrica.

**26/06:** Equipes fazem mutirão de atendimentos na Vila Asa Branca, localizada na Zona Norte de Porto Alegre. Ainda no dia 26, a Defensoria assegurou a suspensão da reintegração de posse da ocupação Farroupilha, em Porto Alegre. De acordo com a instituição, realizar a reintegração de posse no momento é completamente inapropriado, tendo em vista que as pessoas da ocupação não teriam local para residir.

**27/06:** Defensoria Pública cria projeto “NUDECA vai à escola”. O objetivo é avaliar as condições da rede de educação em Porto Alegre. Foram realizadas visitas em diversas escolas danificadas com a enchente.

**28/06:** Defensoria realiza audiência com a empresa Cobasi após morte de 175 animais afogados em shopping da capital.

**29/06:** Defensor público-geral participa de mais uma reunião com o Ministro Paulo Pimenta para tratar sobre a ajuda à comunidade que reside no entorno da Arena do Grêmio. No encontro, foi estabelecido um fluxo de trabalho, com a criação de grupos que atuarão em diferentes frentes.



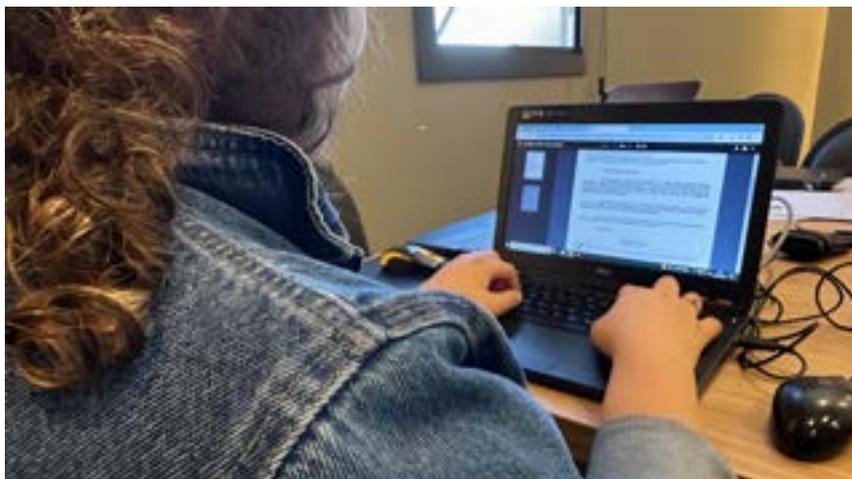
**30/06:** Defensoria reúne-se com o SINE municipal e confirma a realização de mutirão nos dias 3 e 4 de julho, no Largo Glênio Peres em Porto Alegre.

# JULHO

- 01/07:** Além dos trabalhos voltados para pessoas afetadas pela enchente, Defensoria ajuíza ação milionária contra clínica clandestina em Taquara por empréstimos fraudulentos a idosos. Os proprietários da clínica usavam dados pessoais dos idosos para contrair empréstimos. Na ação, a DPE pediu R\$ 5 milhões de indenização por danos morais coletivos.
- 02/07:** Defensoria assina acordo com a Prefeitura de Porto Alegre e com o MPRS e assegura mais um mês de isenção da conta da água para usuários da tarifa não social que residem nas áreas alagadas de Porto Alegre.
- 03/07:** Defensoria realiza mutirão e atende centenas de pessoas no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre.
- 04/07:** Defensoria Pública realiza grande mutirão no Coletivo Preta Velha, localizado na Vila Cruzeiro, na zona sul de Porto Alegre.
- 05/07:** Defensoria participa da inauguração do primeiro Centro Humanitário de Acolhimento em Canoas. O local dispõe 126 casas provisórias para os afetados pela enchente no município. A DPE, em negociações com o Governo do Estado, passou a atender com um espaço permanente no local.
- 06/07:** Defensoria passa a integrar o Conselho que auxiliará na reconstrução do Estado após a enchente.
- 07/07:** É realizada visita na Região das Ilhas do Guaíba, em Porto Alegre. Equipes encontram moradias em situação precária após a enchente. A instituição irá redobrar os trabalhos, visando garantir os direitos da população, historicamente prejudicada com as cheias do Guaíba.
- 08/07:** Além das demandas relacionadas à enchente, Defensoria realiza inspeção no Presídio Regional de Pelotas. A ação foi encabeçada pelo Núcleo de Defesa em Execução Penal, que fará um relatório sobre a situação da unidade prisional e cobrará providências da Susepe quanto aos problemas verificados.
- 09/07 e 10/07:** Defensoria realiza grande mutirão de atendimentos e orientações jurídicas para a população no térreo do Mercado Público de PoA. Centenas de pessoas foram atendidas nos dois dias.
- 11/07:** Defensoria Pública acompanha inauguração de Centro Humanitário de Acolhimento que acolherá cerca de 850 pessoas em Canoas.
- 12/07:** Defensoria participa de mediação entre Prefeitura de Porto Alegre e catadores para tratar de prejuízos causados pela enchente. Mediação ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
- 13/07:** Defensoria envia ofício à Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) solicitando vistoria urgente e providências na Escola Estadual de Ensino Fundamental Lions Club Porto Alegre Farrapos. As aulas retornariam no dia 15, mas a estrutura apresenta problemas decorrentes da enchente que comprometem a segurança e a saúde das crianças.

# MUTIRÕES VIRTUAIS

A partir da metade de julho, ao menos 50 defensores públicos de vários estados do país passaram a realizar atendimento virtual para auxiliar nas demandas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul que ficaram represadas em razão da catástrofe climática. Os defensores e defensoras atenderam, principalmente, processos nas áreas cível e criminal. Esse trabalho decorre de uma parceria entre o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), Tribunal de Justiça do RS (TJRS) e Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.



## FORÇA-TAREFA E MUTIRÕES EM 19 CIDADES - AGOSTO DE 2024

Defensoras e defensores públicos de vários Estados e do Distrito Federal vieram a Porto Alegre para auxiliar nos mutirões de atendimento que aconteceram em diversas cidades do Rio Grande do Sul que foram fortemente atingidas pela enchente.

Ao longo dos meses de agosto e setembro, 20 cidades receberam mutirões presenciais. Foram realizados quase três mil de atendimentos e orientações jurídicas em todas as áreas de atuação da Defensoria Pública, além de informações relacionados aos programas Volta por Cima, Pix SOS, entre outros.

A força-tarefa Auxílio Calamidade do Condege é uma parceria entre a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul e o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais. O convênio aconteceu a partir do pedido de apoio feito pelo defensor público-geral Nilton Leonel Arnecke Maria ao Condege em razão do grande volume de intimações represadas por conta da enchente.

A partir de setembro, os trabalhos foram, aos poucos, normalizando. Além das atividades específicas voltadas para mutirões e atendimentos das pessoas afetadas pela enchente, as equipes da Defensoria Pública retomaram com mais frequência os atendimentos de outras demandas que ficaram represadas, tendo em vista que o foco total nos meses de maio, junho, julho e agosto foi voltado quase que exclusivamente para a catástrofe climática.









DEFENSORIA PÚBLICA



# ÁREAS DE ATUAÇÃO

## MORADIA

### EM SEBERI, HOMEM IMPOSSIBILITADO DE TRABALHAR GARANTE DIREITO À MORADIA POR MEIO DE AÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Ação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) garantiu que um homem em situação de vulnerabilidade social tivesse seu direito à moradia assegurado; a prefeitura de Seberi foi responsabilizada a providenciar moradia adequada ao assistido a partir do pagamento do benefício de aluguel social ou cedendo um imóvel em boas condições de habitação.



O homem procurou a Defensoria alegando não ter condições de manter seus sustentos básicos, como alimentação, saúde e moradia. Acometido por Covid-19, apresentava sequelas graves da doença, necessitando realizar hemodiálise três vezes na semana, entre outras complicações, impossibilitando-o de trabalhar. A garantia da moradia permitirá ao assistido um alívio financeiro para que seja possível a manutenção de outros direitos básicos.

### STF ATENDE PEDIDO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E SUSPENDE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO ANTIGO HOTEL ARVOREDO



Foto: Agência Brasil

O ministro Gilmar Mendes atendeu a requerimento formulado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) e garantiu a permanência de cerca de 50 famílias que ocupam, desde maio de 2024, o antigo Hotel Arvoredo, no centro de Porto Alegre. A Defensoria Pública atua no caso desde o início da ocupação, participando de reuniões e audiências públicas e com medidas para evitar que as pessoas fossem retiradas e precisassem morar nas ruas – a maior parte dos moradores vivia em regiões afetadas pelas enchentes.

“Para evitar prejuízos maiores às dezenas de famílias que já se encontram fragilizadas pela catástrofe climática, e levando em consideração a possibilidade de solução administrativa do conflito pelo Ministério da Reconstrução, entendo que o deferimento da liminar é medida que se impõe”, cita o ministro em um dos trechos da decisão.

## DPE/RS ASSEGURA A SUSPENSÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE PARTE DA OCUPAÇÃO FARROUPILHA, EM PORTO ALEGRE

Ação dos Núcleos de Defesa Agrária e Moradia (NUDEAM) e de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas (NUDECONTU) da Defensoria Pública do RS garantiu que fosse suspensa a liminar para reintegração de posse em parte da Ocupação Farroupilha, localizada na Vila Asa Branca, em Porto Alegre. Iniciada em setembro de 2021, a ação de reintegração de posse visava retirar parte das famílias que ocupam a Vila Asa Branca. De acordo com a autora da ação, certa área do terreno seria de propriedade particular e fazia parte de herança deixada por familiares.



Foto: GaúchaZH

Representantes da comunidade buscaram atendimento da Defensoria Pública após serem intimados sobre a ação de reintegração de posse. No atendimento, relataram que no local habitavam 79 famílias, muitas delas em situação de extrema vulnerabilidade; dessas, 13 receberam o documento por estarem em área da herança. Na decisão, também foi determinado que a questão seja encaminhada à Comissão de Conflitos Fundiários do Judiciário gaúcho.

---

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DA DPE/RS DEBATE SOLUÇÕES PARA COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS EM IMÓVEIS DE BAIXA RENDA



A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) realizou audiência pública para discutir alternativas à cobrança de taxas condominiais em imóveis destinados a famílias de baixa renda. Com quatro mesas de discussão, o evento contou com a participação de diversos especialistas e representantes de movimentos sociais abordando diferentes perspectivas sobre o tema.

Durante os debates, os participantes reforçaram a importância de políticas públicas que garantam o direito à moradia digna, sem onerar desproporcionalmente os moradores de habitações populares. Na abertura, o defensor público-geral, Nilton Leonel Arnecke Maria, destacou o impacto das obrigações acessórias, como as taxas condominiais, na perda de moradias populares. Por não conseguirem pagar essas contas, muitas famílias estão vendo suas casas irem a leilão. O debate feito durante a audiência deu surgimento a um documento, com o envolvimento das demais defensorias públicas estaduais do país, entregue à esfera competente para uma solução.

# CONSUMIDOR

## DEFENSORIA FIRMA ACORDOS COM CEEE EQUATORIAL E RGE GARANTINDO A PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES GAÚCHOS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) assinou acordo com CEEE Equatorial e RGE para isenção das contas de energia elétrica aos consumidores atingidos pelas enchentes. O termo também foi firmado pelo Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública da União, e como testemunhas o Governo do Estado, a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).



O acordo avançou na proteção estabelecida pela ANEEL e abrangeu todos os consumidores, mas mais fortemente aqueles afetados nas cidades que decretaram situação de calamidade pública e emergência reconhecidos pelo governo do Rio Grande do Sul em decorrência das enchentes.

## AÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA GARANTE RESTABELECIMENTO DE ÁGUA PARA CENTENAS DE MORADORES DE CONDOMÍNIO POPULAR EM IGREJINHA



Após pedido da Defensoria Pública, centenas de famílias que vivem em um condomínio popular na cidade de Igrejinha tiveram restabelecido o fornecimento de água potável. O corte do fornecimento de água havia sido feito pela AEGEA Corsan no Condomínio popular Erna Grings, no bairro Bom Pastor. A empresa teria alegado que o corte ocorreu por inadimplência registrada entre 2019 e 2021, boa parte no período da pandemia de covid-19, quando muitas pessoas ficaram desempregadas.

Na decisão, a Justiça destacou que o fornecimento de água é serviço essencial, indispensável ao consumidor e a falta de acesso a ele afronta diretamente o princípio da dignidade.

## APÓS PEDIDO DA DPE/RS, JUSTIÇA DETERMINA RETORNO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL NO LITORAL NORTE

Uma empresa de transporte rodoviário intermunicipal que faz o trajeto entre as cidades de Bacupari e Osório foi obrigada, sob pena de multa, a retomar o serviço após atuação da DPE/RS. A empresa havia comunicado aos passageiros a suspensão do horário noturno de operação da linha sem autorização da entidade fiscalizadora (Metroplan) e do órgão concedente (Estado do Rio Grande do Sul). Segundo o defensor que atuou no caso, tal ação infringe não somente as normas atinentes à prestação de serviços públicos, mas igualmente o Código de Defesa do Consumidor.

O deferimento da liminar foi justificado na importância dos direitos fundamentais e sociais ao transporte – em especial o necessário para acesso às instituições de ensino – e à educação, ambos amparados pela Constituição Federal. A linha de ônibus, também conhecida como “universitária”, era responsável por transportar diversos estudantes de diferentes níveis de ensino até Osório.



## DEFENSORIA PÚBLICA FIRMA ACORDO PARA ISENÇÃO DAS CONTAS DE ÁGUA PARA CERCA DE 900 MIL AFETADAS PELAS ENCHENTES NO RS

Em maio, a DPE/RS firmou um acordo para isenção das contas de água para cerca de 900 mil pessoas, moradores de 68 municípios, afetadas pela enchente na área de cobertura da AEGEA Corsan.

A medida foi fundamental na proteção dos direitos dos consumidores, principalmente os mais vulneráveis, tendo em vista que se trata de um bem essencial para manutenção da vida das famílias. Além disso, evitou situações de endividamento e cortes no serviço. Além da Defensoria Pública e da AEGEA, o Governo do Estado e o Ministério Público também firmaram o acordo.



Foto: Secom/Governo do Estado RS

# DIREITOS HUMANOS

## POUSADA GAROA

### DPE/RS COLETA DEPOIMENTOS PARA APURAR DANOS COLETIVOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS APÓS O INCÊNDIO NA POUSADA GAROA

A DPE/RS instaurou expediente para apuração de danos coletivos e violações de direitos humanos após o incêndio ocorrido na Pousada Garoa, em Porto Alegre. Dez pessoas morreram e outras 15 ficaram feridas. Defensores estiveram no local averiguando a situação das vítimas, familiares e outros moradores do local e proximidades.

Em reunião que contou com a participação de parlamentares, movimentos sociais, vítimas, familiares e pessoas em situação de rua, foram levantadas informações acerca do funcionamento das Pousadas Garoa e outras conveniadas com a Prefeitura de Porto Alegre. Além disso, foi solicitada a indisponibilidade dos bens e bloqueio de contas bancárias da Pousada Garoa e de seu proprietário.



### DEFENSORIA PÚBLICA INSPECIONA UNIDADES DA REDE GAROA E CONSTATA SITUAÇÃO PRECÁRIA



A DPE/RS inspecionou duas unidades da rede Garoa, no dia 30 de abril, a fim de averiguar as situações relatadas por usuários e movimentos sociais. Na ocasião, foi constatada a condição precária das unidades, que têm problemas de infiltração, iluminação e ventilação, como fiação exposta, extintores vencidos, corredores estreitos, quartos sem janela e muitas goteiras, inclusive nas lâmpadas.

A atividade foi realizada em conjunto com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do Estado, Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH) da Câmara de Vereadores e Conselho Estadual de Direitos Humanos.

## RACIAL

### DEFENSORIA PÚBLICA LANÇA GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA O ATENDIMENTO ANTIRRACISTA E ANTIDISCRIMINATÓRIO NA INSTITUIÇÃO

Visando combater o preconceito racial e a promoção de um atendimento antirracista, foi lançado o Guia de Letramento Étnico-Racial da DPE. Voltado para o público interno, o material busca aprimorar o atendimento de defensores, servidores e estagiários, oferecendo uma assistência mais inclusiva, respeitosa e antidiscriminatória.

A elaboração do conteúdo contou com o apoio do Conselho Regional de Psicologia (CRP-RS), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RS), a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), a Fundação Luterana de Diaconia – Conselho de Missões entre Povos Indígenas (FLD-COMIN), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do RS (CODENE).



### DEFENSORIA RECOMENDA CONSULTA À COMUNIDADE INDÍGENA SOBRE IMPACTOS DE ATERRO EM VIAMÃO

A Defensoria Pública, por meio dos núcleos de Defesa Ambiental e da Defesa da Igualdade Étnico-Racial, emitiu uma recomendação à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) na qual pediu a realização de uma consulta prévia, livre, informada e de boa-fé aos povos indígenas Mbya Guaranis que serão impactados pela possível instalação de um aterro sanitário em Viamão (RS).

A atuação da DPE/RS foi acionada pelo Movimento “Não ao Lixão”, que buscou a Ouvidoria-Geral e apresentou um estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) – o Relatório Técnico-Científico “A Geologia de Viamão/RS – comprovando a inviabilidade do local para o aterro sanitário. O movimento alerta para o risco de contaminação das águas que abastecem a região Metropolitana de Porto Alegre. “A construção do lixão representa uma ameaça direta aos recursos hídricos da região. A área proposta para o aterro sanitário está situada sobre sedimentos instáveis, o que aumenta o risco de vazamentos que poderiam contaminar tanto a água superficial, quanto a subterrânea”, destaca.



## IDOSOS e PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

### DEFENSORIA PÚBLICA PROMOVE OFICINA DE ORIENTAÇÃO E APOIO PARA FAMÍLIAS ATÍPICAS



Por meio do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência (NUDEPED-DPE/RS), foi promovida a “Oficina das Famílias Atípicas: Direito das Crianças e Adolescentes com Deficiência”, encontro que aconteceu de forma on-line e aberto ao público.

A oficina teve palestras abordando temáticas como a saúde das crianças com deficiência e a educação e terapias direcionadas a elas, as implicações psicológicas da maternidade e da paternidade atípicas e os aspectos sociais dessa função, além dos direitos relacionados a essas famílias.

### DPE/RS CONSEGUE LIMINAR FAVORÁVEL CONTRA CLÍNICA CLANDESTINA DE TAQUARA QUE FRAUDAVA EMPRÉSTIMOS A IDOSOS

A DPE/RS conseguiu decisão liminar favorável contra os proprietários de uma clínica geriátrica clandestina de Taquara, oito bancos e uma financeira por fraudarem empréstimos feitos em nome de idosos moradores do local. Na ação civil pública, pediu-se que fossem cancelados os empréstimos, os valores pagos pelas vítimas devolvidos em dobro e houvesse indenização por danos morais coletivos.

Ao total, sete idosos, uma pessoa com deficiência e um dependente químico foram lesados. Além disso, foi constatado que essas pessoas eram mantidas em condições degradantes e vítimas de crimes, como agressão, tortura, violência sexual, apropriação de cartões de benefícios, estelionato, maus-tratos e cárcere privado. A juíza responsável pelo processo determinou que fossem suspensos os descontos junto aos benefícios previdenciários das vítimas.



### DPE/RS RECOMENDA EXCLUSÃO DE “SEXO” E “NOME DE REGISTRO” NO RG PARA RESPEITO À IDENTIDADE DE GÊNERO

O Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (NUDIVERSI) enviou um ofício ao Instituto Geral de Perícias (IGP-RS) solicitando a exclusão dos campos “sexo” e “nome de registro” no Registro Geral (RG). A recomendação visa garantir o respeito ao nome social e à identidade de gênero das pessoas travestis e transexuais. O ofício também mencionou que o novo modelo de Carteira de Identificação, previsto no Decreto nº 10.977/2022, representa um retrocesso na proteção e garantia de direitos para a população historicamente vulnerável.



A medida acompanha o anúncio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) sobre mudanças no layout da Carteira Nacional de Identidade (CIN) para torná-la mais inclusiva e representativa.

---

### CASAL DE MULHERES REALIZA INSEMINAÇÃO CASEIRA E A DUPLA MATERNIDADE É RECONHECIDA EM AÇÃO AJUIZADA PELA DPE/RS

Após ação da DPE/RS, duas mulheres tiveram a maternidade socioafetiva reconhecida pela Justiça. O caso precisou ser ajuizado porque o casal optou por realizar uma inseminação caseira – devido ao alto custo cobrado pelas clínicas de fertilização – e, por esse motivo, os Cartórios de Registros Cíveis alegaram a impossibilidade de registro da dupla maternidade.

Os bebês – que são gêmeos – tinham previsão de nascimento antes do tempo e necessitariam de leito em UTI neonatal. No hospital, a orientação que as mães receberam é de que somente o pai e a mãe registradas estariam autorizados a acompanhar as crianças na UTI. Por isso o registro se fez tão necessário. A decisão foi bastante inovadora uma vez que as crianças ainda não tinham nascido, sendo um alento para os casais homoafetivos e famílias multiparentais que planejam ter filhos.



## OUTRAS DEMANDAS

### NO DIA NACIONAL DE LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, DPE/RS REALIZA ATENDIMENTOS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE



Na data em que se dá destaque à luta da população em situação de rua, a DPE/RS atuou, em uma ação conjunta de todas as Defensorias Públicas do país, no atendimento a essas pessoas. Na Capital gaúcha, o ato foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) e na Praça da Matriz, com orientações gerais e acolhimento à população em situação de rua, que buscava entender seus direitos.

De acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mais de 281 mil pessoas estão em situação de rua no Brasil. A maior concentração desse grupo encontra-se na região Sudeste. O perfil do grupo é bem definido: 87,5% são homens e pelo menos 68% são negros, a maioria tem entre 18 e 64 anos.

### DEFENSORIA PARTICIPA DE MEDIAÇÃO ENTRE PREFEITURA DE PORTO ALEGRE E CATADORES PARA TRATAR DE PREJUÍZOS CAUSADOS PELAS ENCHENTES

Desde 2021, a Defensoria Pública vem atuando na busca dos direitos dos catadores e recicladores de materiais sólidos – em 2022, foi assinado um termo de cooperação com a Prefeitura de Porto Alegre. No início de 2024, a instituição passou a participar de mediações envolvendo catadores e o Executivo Municipal da Capital, com a presença Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

A mediação foi solicitada pelos catadores após se sentirem prejudicados com o plano da Prefeitura de ter uma Parceria Público-Privada (PPP) com uma única empresa gerindo o recolhimento, a separação e a destinação de lixo doméstico na capital gaúcha. Durante os debates, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) informou que decidiram suspender o projeto e também estender o benefício assistencial aos catadores.



Foto: Imprensa/TRT

# AMBIENTAL

## DEFENSORIA PÚBLICA AJUIZA AÇÃO MILIONÁRIA CONTRA LOJA QUE DEIXOU ANIMAIS SE AFOGAREM DURANTE ENCHENTE EM PORTO ALEGRE



Foto: Polícia Civil

A DPE/RS ajuizou ação milionária contra a Loja Cobasi após a morte de mais de 40 animais, vítimas do alagamento ocorrido em duas lojas da marca, em Porto Alegre. Na ação, é cobrado da empresa uma indenização de R\$ 50 milhões por danos ambientais, à saúde pública, psicológicos à coletividade atingida (pelo fato e pelas cenas publicizadas) e punitivos. Em uma das lojas, que fica no subsolo de um shopping, dezenas de aves, peixes e roedores foram deixados durante a inundação que afetou o espaço. Segundo testemunhas, mesmo com o fechamento do shopping nesse dia, ainda era possível acessar a loja nos dias seguintes e fazer a retirada dos animais.

Além dos R\$ 50 milhões de indenização (que representa menos de 2% do faturamento da marca, que é de R\$ 3 bilhões por ano), a Defensoria Pública requereu que a loja seja proibida de comercializar animais.

---

## DIRIGENTE DO NUDAM PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SUSPENSÃO DE OBRA NO LITORAL NORTE

O Núcleo de Defesa Ambiental da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (NUDAM-DPE/RS) participou, no mês de agosto, de audiência pública para debater a suspensão de obra da AEGEA/CORSAN. O projeto pretende despejar o esgoto das cidades de Capão da Canoa e Xangri-lá no Rio Tramandaí.

Promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do Estado, a reunião aconteceu na Câmara Municipal de Imbé. Segundo o NUDAM, o próprio estudo da AEGEA/CORSAN reconhece a insuficiência de dados para calcular a extensão dos danos ambientais do projeto, defendendo sua suspensão. A ideia é que seja realizado um estudo mais aprofundado, com participação do público afetado.



## CRIMINAL

### EM SANTIAGO, AÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA GARANTE PRISÃO DOMICILIAR PARA MÃE QUE ESTAVA RECLUSA CUIDAR DE SUA FILHA



Uma ação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul garantiu que a mãe de uma criança de quatro anos possa, em regime de prisão domiciliar, cuidar de sua filha. A assistida da DPE, única responsável pela criança, cumpria pena no Presídio Estadual de Santiago (PESAN) há cinco meses; durante o período de reclusão da mãe, a menina ficou sob proteção de sua irmã mais velha.

A nova protetora, no entanto, não possuía condições para garantir o bem-estar da criança. Além disso, a menina passou a apresentar comportamentos desorganizados e agressivos na escola. Com a ação, conseguiu-se que a pena fosse cumprida em regime domiciliar com monitoramento eletrônico, garantindo a reunião entre mãe e filha e a proteção dos direitos da criança.

### DEFENSORIA PÚBLICA CONSEGUE ABSOLVIÇÃO DE TRÊS HOMENS QUE PASSARAM MAIS DE DOIS ANOS PRESOS, ACUSADOS DE HOMICÍDIO

Em sessão no plenário do júri, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul conseguiu a absolvição de três homens que estavam presos injustamente e a redução da pena de outro acusado, com o reconhecimento de privilégio. Um dos homens passou mais de dois anos preso preventivamente, enquanto os demais aguardaram quatro anos na prisão pelo julgamento. A história mais emblemática foi a de um dos réus que não pôde acompanhar o desenvolvimento da filha, que tinha meses de vida quando ele foi detido.



No total, cinco homens foram denunciados pelo Ministério Público (MPRS) por um duplo assassinato e uma tentativa de homicídio ocorridos na noite do dia 31 de dezembro de 2017, em Porto Alegre. Com o decorrer da investigação, os homens se tornaram réus no final de 2018. Segundo o MP, a motivação dos crimes teria sido uma disputa pelo tráfico de drogas na região, o que não se comprovou.

A partir da tese de negativa de autoria, os quatro defensores públicos do caso conseguiram comprovar aos jurados que nenhum dos atendidos pela DPE estava envolvido nos fatos, resultando na absolvição deles.



## HOMEM É ABSOLVIDO NO TRIBUNAL DO JÚRI APÓS DEFENSORES PÚBLICOS COMPROVAREM NEGATIVA DE AUTORIA

Após dois dias de julgamento, um assistido da Defensoria Pública do RS teve sua inocência declarada pelo judiciário gaúcho. Há cinco anos, o homem foi acusado de homicídio e, perante o Tribunal do Júri realizado, conseguiu comprovar não ter participado do crime.

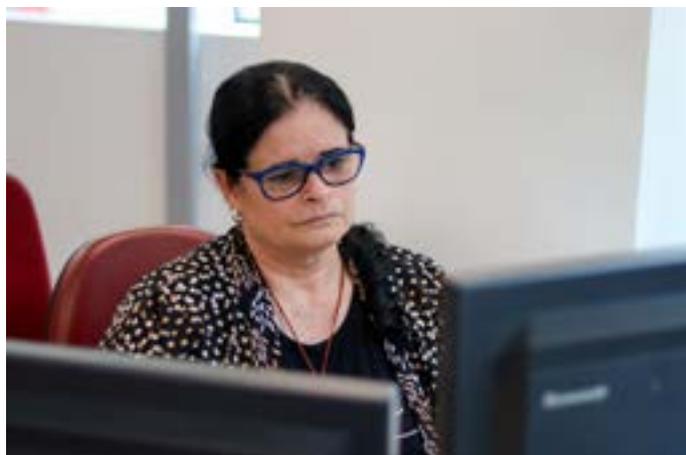
Com estudos apenas até a 4ª série do ensino fundamental e vindo de família humilde, o homem não tinha antecedentes criminais e estava preso desde julho de 2019, quando aconteceu o fato. Na época, ele tinha 21 anos e, no momento da prisão, vendia bergamotas junto com o pai na sinaleira de um cruzamento movimentado da Capital – atividade que exercia desde os seus 12 anos. Durante a investigação, a polícia chegou até o nome do assistido a partir de um único depoimento de uma testemunha, que apontou o homem apenas por um apelido. A testemunha acabou saindo do Rio Grande do Sul e não foi mais intimada no processo.

No júri, os três defensores públicos que atuaram no caso conseguiram comprovar a negativa de autoria.

# EXECUÇÃO PENAL

## VIDA NOVA: APENADA DO SEMIABERTO INICIA TRABALHO NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS

“Apesar de estar atrás das grades, a nossa mente é liberta. Então eu procurei utilizar a mente com estudos e com trabalho, porque o estudo é um presente que ninguém nos tira. Não tem tempo nem idade que possa nos impedir de estudar”. Foi com esse espírito que Graciela de Andrade Gonçalves, de 60 anos, chegou na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), para iniciar seu trabalho na Ouvidoria.



Oriunda do sistema penitenciário, a apenada está atualmente em monitoramento eletrônico e cursa o primeiro semestre da faculdade de Direito. Ela, assim como outras pessoas no estado, conseguiu colocação profissional graças a um protocolo de ação conjunta firmado entre a DPE e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). A parceria oferece 30 postos de trabalho para pessoas em cumprimento de pena no regime semiaberto, nas unidades da Defensoria no Rio Grande do Sul. Atualmente, as comarcas de Santa Maria, Cruz Alta e Sant’Ana do Livramento também contam com trabalho prisional.

## DEFENSORIA PÚBLICA E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS OFERECEM CURSO DE EMPREENDEDORISMO PARA MULHERES PRESAS EM GUAÍBA



Quinze mulheres presas na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba (PEFG) iniciaram, em abril, um curso técnico-profissionalizante em empreendedorismo. A ideia é desenvolver noções de empreendedorismo e gestão de negócios, criando oportunidades para a vida após o cárcere e auxiliando a ressocialização.

A oferta surgiu a partir de acordo foi firmado entre Defensoria Pública, Tribunal de Justiça do Estado (TJRS), Secretaria Estadual de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), Associação dos Defensores e Defensoras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS), Fundação Irmão José Otão, Associação Elas Existem e Terceiro Andar Assessoria Educacional.

A oferta surgiu a partir de acordo foi firmado entre Defensoria Pública, Tribunal de Justiça do Estado (TJRS), Secretaria Estadual de Sistemas

Além de receberem um certificado de conclusão, o curso contribuirá para remição das penas das mulheres reclusas. As aulas serão ministradas semanalmente, por professoras da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

## DEFENSORIA PÚBLICA LANÇA FERRAMENTA INÉDITA PARA FACILITAR COLETA DE DADOS EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO RS

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Núcleo de Execução Penal (NUDEP) e do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NUDECA), lançou oficialmente, em alusão ao Mandela Day, o Projeto Dignidade – Fiscalização de Locais de Privação de Liberdade – no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.



A ferramenta foi criada para facilitar o preenchimento de dados das equipes que realizam vistorias e inspeções em estabelecimentos prisionais. Com esse novo sistema, é possível, por exemplo, verificar de forma célere os protocolos para inspeções prisionais, os fluxos de notícias de tortura, resoluções relacionadas ao tema, coleta de informações prisionais, formulários de inspeções prisionais, modelos de peças, relatório de inspeção, entre outros.

O objetivo é incrementar a atividade de fiscalização e monitoramento de locais de privação de liberdade de seres humanos, adultos ou adolescentes, de situações de crise e da atuação de pessoas que neles trabalham, com a finalidade de assegurar que esses espaços sejam gerenciados de acordo com as leis, regulamentos, políticas e procedimentos existentes, a fim de alcançar os objetivos dos serviços penais, prisionais e socioeducativos e a proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

## CRIANÇA E ADOLESCENTE

### NUDECA OFICIA SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL PARA QUE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO CHA RECOMEÇO RETOMEM AS AULAS



O Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente oficiou as Secretarias de Educação estadual e do município de Canoas solicitando que crianças e adolescentes abrigados no Centro Humanitário de Acolhimento (CHA) Recomeço retornem às aulas. Anteriormente, Defensoria já havia oficiado as entidades, visando a retomada do calendário escolar assim que fossem implementadas as cidades provisórias.

Após o início da atuação da DPE/RS no CHA Recomeço, constatou-se que nenhuma das cerca de 137 crianças e adolescentes acolhidas está frequentando a escola. Ainda foi observado que não há vagas para todos em instituições de educação estaduais e municipais próximas ao local. Os documentos solicitaram que as Secretarias tomassem providências para que os estudos fossem retomados, evitando prejuízos ainda maiores na formação dos estudantes.

## DPE/RS DÁ CONTINUIDADE AO PROJETO “NUDECA VAI À ESCOLA” PARA AVALIAR CONDIÇÕES DA REDE DE EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE

A iniciativa visou levantar informações sobre a situação da rede de educação municipal e conveniada de Porto Alegre, identificando as principais necessidades de reforma e revitalização, com o intuito de garantir o retorno das crianças ao ambiente escolar. Nos encontros, foram ouvidos os diretores, os representantes da comunidade escolar e líderes comunitários, a fim de entender quais encaminhamentos estão sendo feitos. A partir dessas inspeções, a Defensoria fez a interlocução com a Secretaria Municipal de Educação (SMED).



## DPE/RS E PREFEITURA DE PORTO ALEGRE FIRMAM NOVO ADITIVO A ACORDO PARA 530 VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nova atuação do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública do RS (NUDECA - DPE/RS) garantiu que o município de Porto Alegre ofereça 530 novas vagas de educação infantil à população. O acordo para o aditivo ao termo de cooperação foi realizado em julho.

Desde 2022, quando foi firmado o termo de cooperação, a ação da DPE/RS já conseguiu que mais de 2 mil crianças pudessem ser matriculadas na educação infantil, seja por meio de vagas públicas, seja por vagas privadas adquiridas pela Secretaria. Este foi o sétimo aditivo acordado entre o NUDECA e a SMED.



Foto: Prefeitura de Porto Alegre

# MULHER

## DEFENSORIA PÚBLICA REALIZA O LANÇAMENTO DO PROJETO SUPERELAS, VOLTADO PARA MULHERES ATINGIDAS PELA ENCHENTE

O projeto SuperElas – A história de superação das mulheres da enchente foi uma iniciativa dos núcleos de Defesa da Mulher (NUDEM) e da Criança e do Adolescente (NUDECA) que oferecerá cursos profissionalizantes para mulheres do Sarandi, bairro na zona norte de Porto Alegre atingido pelas inundações de maio. O termo de cooperação foi celebrado entre o Sistema de Ensino Gaúcho (SEG), o Instituto Vakinha e a Defensoria.



O programa oferecerá 15 vagas em cursos técnicos profissionalizantes da SEG. Além disso, serão disponibilizadas outras 120 em cursos de qualificação de três meses, visando oportunizar a capacitação de mulheres que não concluíram o ensino médio.

---

## MULHER QUE TEVE CORPO QUEIMADO PELO MARIDO CONSEGUE INDENIZAÇÃO APÓS AÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Uma mulher vítima de tentativa de feminicídio conseguiu, por meio de uma ação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), uma indenização por danos morais no valor de 150 salários-mínimos e de dois mil reais em razão de danos materiais. A sentença foi expedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em 2018, a mulher teve cerca de 45% do corpo queimado pelo seu então companheiro, moradores de Santa Rosa; eles estavam juntos há 30 anos. Com diversas queimaduras de 1º e 2º grau, inclusive nas regiões do rosto e couro cabeludo, a mulher passou cerca de um mês internada. Além disso, abalos psicológicos e o desemprego financeiro tornaram-se parte da vida da vítima. O homem, que já contava com histórico de violência contra a esposa, foi condenado pela tentativa de feminicídio no Tribunal do Júri, em 2021.



## AÇÃO EDUCACIONAL INTEGRA MULHERES E DEFENSORIA PÚBLICA NA RODOVIÁRIA DE PORTO ALEGRE



No mês de agosto, data que marca o aniversário da Lei Maria da Penha e da campanha de enfrentamento à violência doméstica, uma ação importante foi realizada na Rodoviária de Porto Alegre: um banco vermelho foi colocado no local e as mulheres que passavam eram convidadas a escrever em tinta branca frases de resistência e encorajamento, como “disque 180”, “denuncie!” e “não se cale!”.

Por meio do Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) e do Núcleo de Defesa de Direitos Humanos (NUDDH), foram distribuídas cartilhas sobre a educação em direitos da mulher e combate ao feminicídio. O banco vermelho está previsto na Lei Federal nº 14.942/2024, que consiste na instalação do mobiliário na cor vermelha em espaços públicos de grande circulação de pessoas, do qual constarão frases que estimulem a reflexão sobre o tema e contatos de emergência, como o número telefônico da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, para denúncias e suporte às vítimas.

## SAÚDE

### JUSTIÇA ATENDE PEDIDO DA DPE E DETERMINA QUE CAXIAS DO SUL ZERE FILA DE 2.781 CRIANÇAS À ESPERA DE NEUROPEDIATRA

Em julho, Justiça atendeu pedido da Defensoria Pública do Estado e determinou que o município de Caxias do Sul zere a fila de mais de 2 mil crianças que aguardam consulta com neuropediatra. A Ação Civil Pública (ACP) reflete um problema que vem sendo observado na cidade desde 2023. Em decisão favorável, a Judiciário determinou que o Município estabelecesse contato com as 2.781 famílias na lista de espera e adotasse medidas para zerar a fila de atendimentos em até 180 dias, entre outras demandas.

A situação começou a ser verificada em 2023, agravando-se em 2024, com várias famílias procurando a Defensoria para ajuizar ações individuais contra o Poder Público para garantir essas consultas, essenciais para o acesso às terapias do Centro de Autismo de Caxias do Sul. Nesse contexto, a Secretaria de Saúde do município foi oficiada e descobriu-se que havia mais de 2.700 usuários aguardando na lista de espera, sendo que o cadastro mais antigo datava de junho de 2022. Foi informado ainda que o Município contava apenas com dois neuropediatras, cada um com uma carga horária de 12 horas semanais.



Apesar das medidas indicadas pela administração municipal, percebeu-se serem insuficientes e que as crianças e adolescentes neurodivergentes poderia ter prejuízos se não diagnosticados precocemente e iniciarem o tratamento que necessitam, a DPE ajuizou a Ação Civil Pública.

## DEFENSORIA PÚBLICA LANÇA CARTILHA SOBRE DIREITOS DE PESSOAS COM DEMÊNCIA

O texto reforça a importância do diagnóstico precoce, do acompanhamento no Sistema Único de Saúde (SUS) e do tratamento por meio de equipes multidisciplinares, como psicólogos, fisioterapeutas e médicos, para manter a autonomia, capacidade de planejar e de se comunicar do paciente.

A cartilha foi criada para destacar, também, a importância do dia 21 de setembro, dedicado à Conscientização da Doença Alzheimer. O Alzheimer é a forma mais comum de demência neurodegenerativa em pessoas de idade. A causa é desconhecida, mas acredita-se que seja geneticamente determinada. Dentre os direitos destacados na cartilha, estão: saúde, política e assistência social, auxílio-doença, entre outros. O material foi criado pelo Núcleo de Defesa da Saúde (NUDS) da instituição.



---

## DISPENSAÇÃO DE HORMONIOTERAPIA É NORMALIZADA APÓS ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

A dispensação de hormonioterapia, em Porto Alegre, foi normalizada após atuação extrajudicial da DPE/RS. A instituição havia recebido informações acerca da interrupção da dispensação às pessoas trans, travestis e não-binários no Ambulatório Trans do Posto Santa Marta, que inundou no mês de maio. Os usuários puderam passar a retirar os hormônios valerato de estradiol e undecilato de testosterona no Posto Modelo.

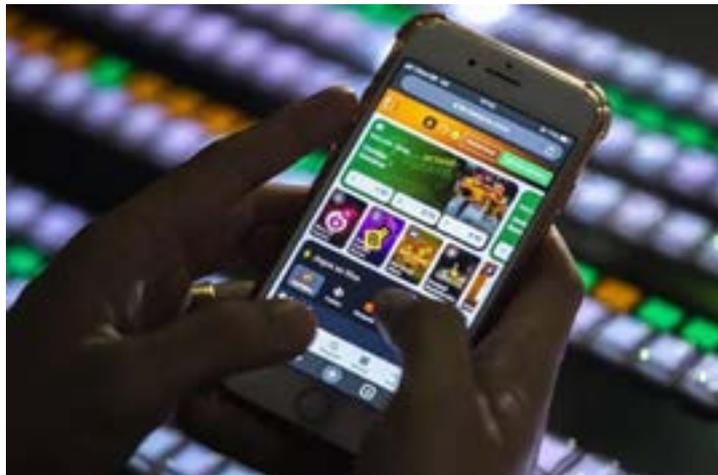
As tratativas e conversas com a Secretaria Municipal de Saúde foram encabeçadas pelos Núcleos de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (NUDIVERSI) e da Saúde (NUDS).



Foto: Prefeitura de Porto Alegre

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS ABRE PROCEDIMENTO PARA APURAR DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES POR CASAS DE APOSTAS**

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) instaurou um Procedimento para Apuração de Dano Coletivo (PADAC) contra as maiores casas de apostas do país. No documento assinado pelo Núcleo de Tutelas coletivas, a instituição requisiu, entre outras coisas, que as casas de apostas apresentem informações e documentos, com prazo de resposta de 15 dias úteis, sobre a ciência de eventuais danos causados aos consumidores, especialmente no que tange à publicidade enganosa, à falta de transparência nas regras de apostas e nos pagamentos de prêmios, à participação de menores de idade e de pessoas portadoras de ludopatia, bem como à imposição de cláusulas contratuais abusivas ou que limitem injustamente os direitos dos consumidores, além do risco superendividamento.



Além disso, a Defensoria requisiu às autoridades reguladoras e de fiscalização do setor de jogos e apostas, mais especificamente à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, informações, com prazo de resposta de 15 dias úteis, sobre procedimentos de fiscalização e regulamentação das práticas das casas de apostas e medidas adotadas para garantir a transparência e a conformidade com as normas de proteção ao consumidor, entre outras coisas.

---

**CAPACITAÇÃO SOBRE SUPERENDIVIDAMENTO E A ATUAÇÃO DA DPE/RS EM CONTRATOS BANCÁRIOS É REALIZADA PELA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO CÍVEL**

A Câmara de Conciliação Cível da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul realizou uma capacitação, na sede do Procon-Santa Maria, que tratou sobre superendividamento e a atuação da instituição em contratos bancários.

Na oficina, foram abordados temas como o reconhecimento da contratação, análise da abusividade dos juros e superendividamento. De forma presencial, participaram servidores da Defensoria Pública de Santa Maria, e de forma remota, representantes dos Procons do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.



## CENTENAS DE PESSOAS SÃO ATENDIDAS EM MUTIRÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA VOLTADO AO SUPERENDIVIDAMENTO

Centenas de pessoas foram atendidas em mutirão realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, voltado ao superendividamento, por meio do Núcleo de Defesa Cível (NUDEC). A ação, realizada em março, foi alusiva ao mês do consumidor e contou com a presença de alunos e professores da PUCRS. Em 2023, a DPE/RS e a Universidade firmaram um Termo de Cooperação para aumentar o atendimento de pessoas endividadas no Rio Grande do Sul, através do Balcão do Consumidor, projeto realizado na PUCRS.



O evento buscou incentivar os consumidores a refletirem sobre suas finanças pessoais e adotarem práticas que evitem o superendividamento, tais como o planejamento financeiro e o consumo consciente.

## FAMÍLIA

### MUTIRÃO DA DPE/RS POSSIBILITA QUE CRIANÇAS TENHAM O NOME DO PAI INCLUÍDO EM CERTIDÃO DE NASCIMENTO



A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul realizou, em agosto, um mutirão para reconhecimento e registro de paternidade no Mercado Público de Porto Alegre. O evento chamado “Meu Pai Tem Nome” foi promovido pelo Núcleo de Defesa da Criança e Adolescente (NUDECA) e pelo Núcleo de Defesa dos Direitos das Famílias (NUDEFAM).

Segundo o CONDEGE, somente em 2024, mais de 91 mil crianças foram registradas sem o nome do pai no Brasil. No município de Porto Alegre, em 2023, 1.117 crianças foram registradas sem o nome paterno, no Estado o total é de quase 7 mil. Diante desse cenário, a DPE/RS reuniu atendimentos que já fazem parte da atuação de forma concentrada e proporcionou à população hipossuficiente auxílio e orientação jurídica.

## DEZENAS DE PESSOAS SÃO ATENDIDAS EM MUTIRÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM PORTO ALEGRE



A DPE/RS atendeu dezenas de pessoas em um mutirão com foco em direito das famílias e das mulheres. A ação aconteceu no Largo Glênio Peres, no Centro de Porto Alegre. No mutirão, servidores e defensores públicos prestaram atendimento esclarecendo dúvidas, encaminhando demandas e informando os assistidos sobre seus direitos. A população pôde procurar atendimento em áreas como divórcio, pensão alimentícia, partilha de bens, direitos das mulheres em geral, entre outros.



# DEFENSORIA

## 30 ANOS

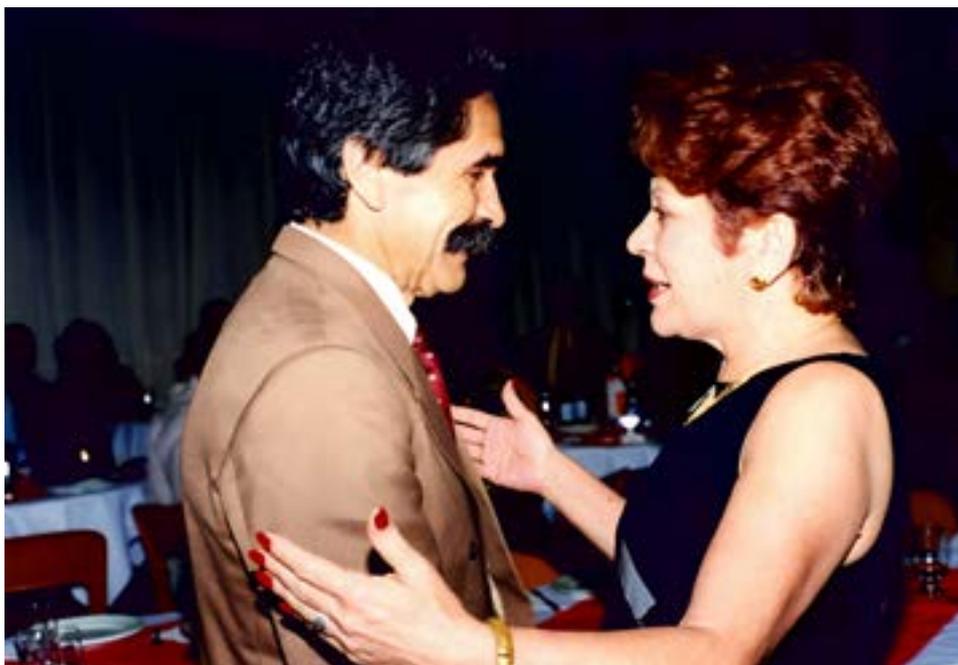




O ano era 1994. Foi o ano do Plano Real. A Seleção Brasileira foi tetra campeã mundial de futebol. No Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública Estadual começava a ser constituída. O governador Alceu de Deus Collares deu posse à primeira defensora pública-geral do Estado. A nossa primeira dirigente foi uma mulher. Uma mulher preta. A Defensoria já nasceu livre de preconceitos. Éramos apenas 185 agentes.



Em 1995, ocupamos o que hoje é a nossa sede administrativa, então compartilhada com outros órgãos do Estado. O fato é que iniciamos nossa trajetória definitivamente obstinados a crescer. De degrau em degrau, fomos ampliando nossas forças e agregando pessoas, quando houve então o primeiro concurso para defensoras e defensores públicos, no ano de 1999.



Somamos 211 agentes, dos quais 123 ainda estão conosco. Ao primeiro concurso, já se somaram outros cinco, totalizando no dia de hoje mais de 450 agentes em atuação no Estado. Muitos outros concursos certamente estão por vir.

---

Em 2002, foi criado nosso estatuto e, em 2005, consolidamos nossa autonomia administrativa, funcional e orçamentária, nos termos da emenda constitucional estadual nº 50. Em 2006, tivemos a primeira eleição da listra tríptica para o cargo de defensor público-geral.

---

Em 2009, foi aprovada a remuneração das defensoras e dos defensores públicas por meio de subsídio e, em 2011, foi criado o quadro de pessoal dos serviços auxiliares da instituição. O ano de 2013 foi um ano de premiações. Recebemos o prêmio estadual de direitos humanos. Ganhamos também a medalha nacional de acesso à justiça pela prestação de contribuições relevantes para a promoção, ampliação e democratização do acesso à justiça no Brasil. Em 2016, fomos novamente agraciados com o prêmio direitos humanos, oferecido pelo Ministério da Justiça e Cidadania.



Em 2014, foi implantado o projeto de modernização institucional. Também em 2014 passamos a ocupar a integralidade do prédio-sede e se iniciou a reforma necessária para a modernização do espaço.



---

Durante essa caminhada, tivemos nove chefes institucionais que, com seus grupos de trabalho, cada um dando muito de si, fizeram e fazem dessa oportunidade a chance de ser a diferença para a instituição e para a sociedade.

---

Por isso a Defensoria segue crescendo e a história mostra que estamos trabalhando pelo bem-estar social, observando nossa missão institucional e, como resultado da força de trabalho de cada um e de cada uma, forjamos uma instituição que ostenta ser da confiança dos gaúchos. Maior honraria não há!

---

A Defensoria avança ainda mais a cada dia, demonstrando nossa força, essencialidade e influência no estado de coisas.

Não nos conformamos com algemas, seja no debate, em nosso crescimento ou em nossos assistidos! A instituição amadurece e junto com ela amadurecem seus agentes e servidores. Com o tempo e a nossa incansável insistência, evoluímos em muito os debates jurídicos

---

O tempo passa depressa, mas é no passar do dia a dia que testemunhamos as histórias que transformam, ante a nossa intervenção, o nosso mundo e o daquelas pessoas que se encontram com a Defensoria Pública. Elas são muitas e cada uma delas têm a vida alterada a partir de nós, porque intervimos em direitos fundamentais de diferentes dimensões.

---

Isso nos garantiu 30 anos ao lado da população gaúcha, agora espalhados por 497 municípios, em 165 comarcas, com 194 sedes administrativas.



Ainda somos poucos, mas muito importantes quando se considera a diferença que fazemos na vida das pessoas. A soma de todas as nossas forças faz a Defensoria, que é calorosa e acolhedora na sua essência. A Defensoria, que é composta de pessoas que se dedicaram e se dedicam incansavelmente na tarefa de fazer a instituição gigante; pessoas que mantêm o senso crítico e a mente aberta a todas as possibilidades; pessoas que não acreditam na primeira verdade, pois conhecem da sua subjetividade, que prezam por seus nomes e pelos cargos que ocupam; que muitas vezes priorizam o próximo; que se pautam pelo princípio da solidariedade e que tem um olhar compassivo para com as pessoas e os animais; pessoas que se norteiam pela verdade e pelo senso de justiça.

E essa soma de valores gera a força que a instituição necessita para se voltar às pessoas. Às

peessoas pretas, às pessoas pobres, às pessoas que fogem do senso comum e às pessoas vulnerabilizadas.

---

Isso põe sobre nossos ombros e sobre a instituição a imensa responsabilidade de minimizar diferenças e desigualdades. A Defensoria, representada por seus e suas agentes, sempre esteve e sempre estará ao lado dos invisíveis e dos marginalizados.

---

Que sigamos fazendo uma entrega qualificada aos nossos cidadãos gaúchos. Todos os dias a Defensoria é submetida a novos desafios, mas nós, unidos e coesos, formamos um corpo que se torna forte o bastante para seguir em frente

---

E que nos anos que virão sigamos enfrentando os desafios com a mesma garra e a mesma força, buscando sempre transformá-los em vitórias, fazendo das histórias dos nossos assistidos e nossas assistidas as nossas memórias.

---

Em 30 anos fizemos o inimaginável! Que sigamos juntos e juntas, fazendo a diferença no mundo!

---

A todos nós que a cada dia nos entregamos para fazer um mundo melhor e que orgulhamos o nome da nossa Defensoria, feliz 30 anos!

# VIDA LONGA À **DEFENSORIA PÚBLICA!**

# DEFENSORIA 30 ANOS









# Vida longa à Defensoria Pública!

